

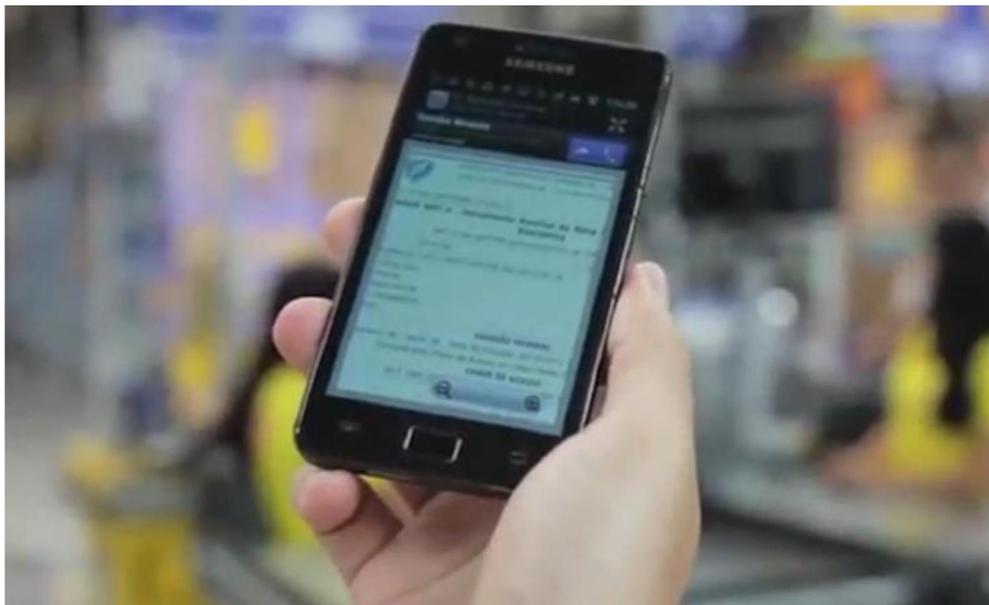
Veículo: Site A Tarde	
Data: 10/11/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Ter , 10/11/2020 às 14:25 | Atualizado em: 10/11/2020 às 14:26

Sefaz lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas

Da Redação



Os Transportadores Autônomos de Cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

De acordo com informações da Secretaria de Comunicação (Secom), os TACs são responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias do país. O decreto foi assinado pelo governador Rui Costa e publicado neste fim de semana, no Diário Oficial do Estado. O aplicativo já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para os sistemas Android e iOS.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/11/2020	Caderno: Notícias



Terça, 10 de Novembro de 2020 - 15:40

Bahia lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas



Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

INCLUSÃO FISCAL

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-Ba, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. "Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final".

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-Ba, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Veículo: Política Livre	Caderno: Bahia
Data: 10/11/2020	



10 de novembro de 2020 | 14:58

Sefaz-Ba lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-Ba, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-Ba, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Veículo: Metro1	Caderno:
Data: 10/11/2020	Cita Secretário



SEFAZ-BA LANÇA NOTA FISCAL PARA TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS



10 Novembro, 2020

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e consequentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal,

facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória.**

Foto: Divulgação/Sefaz-BA

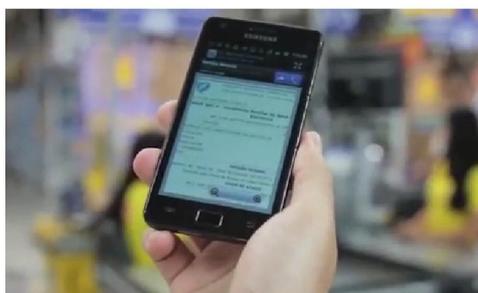
Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 10/11/2020	



Sefaz-BA lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores

Autônomos de Cargas

10 novembro 2020



Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o

intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-BA, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-BA, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

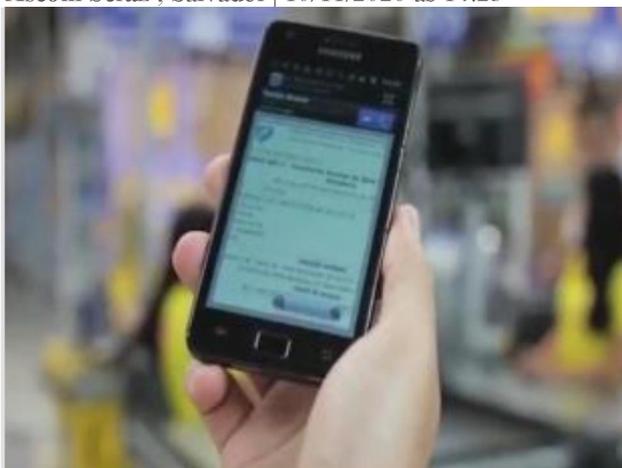
Veículo: Bahia Já	Caderno:
Data: 10/11/2020	



Sefaz lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Carga

Aplicativo instalado no celular permite emitir em tempo real os documentos fiscais eletrônicos necessários para regularizar o trânsito de mercadorias nas rodovias baianas

Ascom Sefaz , Salvador | 10/11/2020 às 14:23



Nota Fiscal Fácil

Foto: Divulgação

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitório**.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-Ba, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

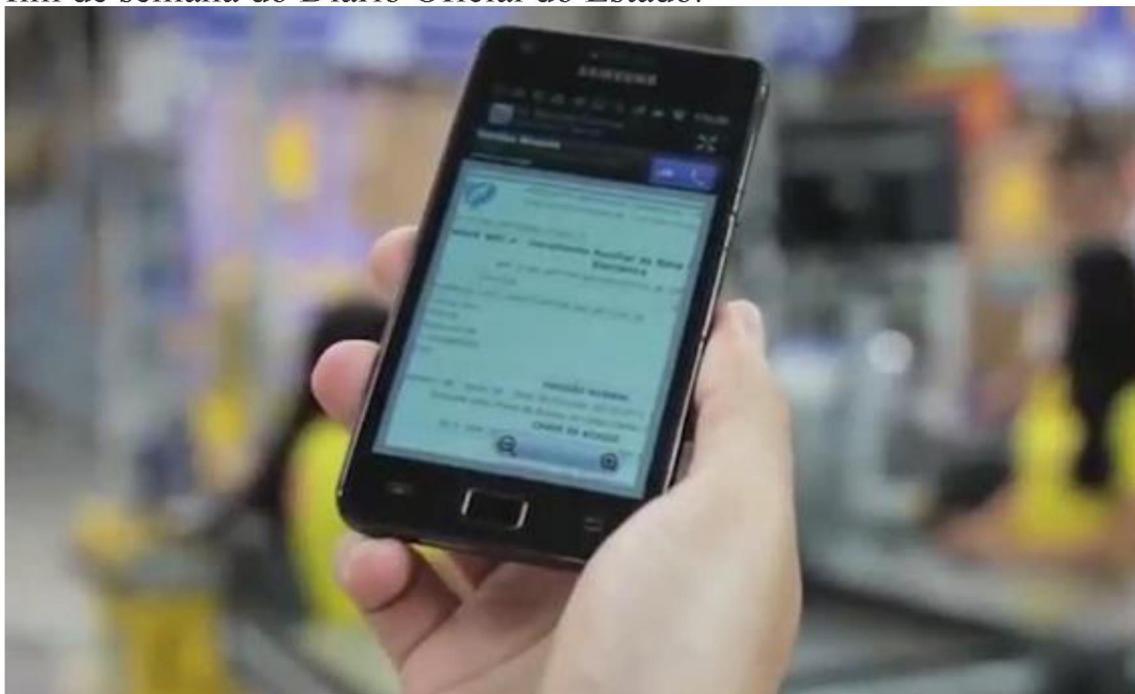
O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-Ba, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Veículo: Acorda Cidade	Caderno:
Data: 10/11/2020	



Sefaz-BA lança Nota Fiscal Fácil para transportadores autônomos de cargas

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado.



Acorda Cidade

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

PUBLICIDADE

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitório.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-BA, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-BA, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Veículo: Agência Sertão	
Data: 10/11/20	



Sefaz-BA lança aplicativo de emissão da Nota Fiscal para Transportadores Autônomos de Cargas

Por **Geovane Santos** - 10 de novembro de 2020 - 12:46 0



Secom-BA

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de

semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitório.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-BA, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias.

“Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-BA, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Veículo: Folha geral	
Data: 10/11/20	

folhageral.com

Sefaz-BA lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas

Aplicativo instalado no celular permite emitir em tempo real os documentos fiscais eletrônicos necessários para regularizar o trânsito de mercadorias nas rodovias baianas

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à [Secretaria da Fazenda do Estado](#) (Sefaz-BA), do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.



(Foto: Ascom/Sefaz)

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na **Bahia**, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e consequentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitorio.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-BA, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-BA, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Veículo: Jequié Urgente	
Data: 10/11/20	



Sefaz-BA lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas

Última atualização 10 nov, 2020

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma

simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador. **Informações:**
Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Veículo: Jornal Grande Bahia	
Data: 10/11/20	



**Jornalismo
com opinião
em defesa da
Ecologia Integral**

Sefaz Bahia lança Nota Fiscal Fácil para Transportadores Autônomos de Cargas



Aplicativo instalado no celular permite emitir em tempo real os documentos fiscais eletrônicos necessários para regularizar o trânsito de mercadorias nas rodovias da Bahia.

Responsáveis por 45% das mercadorias que circulam nas rodovias brasileiras, os transportadores autônomos de cargas (TACs) agora contam com a Nota Fiscal Fácil (NFF) para emitir em tempo real, via aplicativo, os documentos fiscais eletrônicos necessários à regularização, junto à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), do trânsito de mercadorias nas rodovias baianas.

As adequações legais necessárias à implantação da NFF foram contempladas em decreto assinado pelo governador Rui Costa e publicado na edição deste fim de semana do Diário

Oficial do Estado. O app já pode ser baixado nas lojas de aplicativos para sistemas operacionais Android e iOS.

Com a NFF, a simplificação tributária já está ao alcance dos TACs. Com poucos campos a serem preenchidos de forma simples, intuitiva e ágil, o app exige apenas que o usuário informe os dados básicos sobre o transporte da carga para que sejam emitidos, em formato puramente digital, o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documentos obrigatórios para emissão pelo transportador.

Inclusão fiscal

Concebida pelo Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), que reúne os fiscos de todo o país para o intercâmbio de soluções tecnológicas, a NFF, por enquanto, está disponível apenas na Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o app foi desenvolvido em parceria com a Receita Estadual, a Procergs, empresa de TI do governo gaúcho, e o Sebrae Nacional.

A novidade “irá reduzir a burocracia e conseqüentemente os custos operacionais para os transportadores autônomos de cargas, o que possibilitará a redução do mercado informal, facilitando a vida do contribuinte que deseja estar em dia com as suas obrigações tributárias”, afirma o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitorio.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, ressalta que a disponibilização desse app, inicialmente para o uso exclusivo pelo TAC, é apenas o primeiro passo de um conjunto de ações da Sefaz-BA, que tem como objetivo simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, tanto de prestação de serviços de transportes como de vendas de mercadorias. “Por isso, a partir de 2021, teremos uma versão destinada ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresário, que realiza vendas destinadas a consumidor final”.

O coordenador técnico do Encat e auditor fiscal da Sefaz-BA, Álvaro Bahia, destaca que esta capacidade de emissão de documentos fiscais, pelo próprio TAC, reduz a necessidade da participação de atravessadores na contratação do serviço, o que aumenta a competitividade e as receitas desse empreendedor do segmento de transporte de cargas, com menores custos para o contratante.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br @satelite

●● Precisamos deixar de hipocrisia e propor soluções ousadas para reativar a economia. As pessoas já jogam, mas o Brasil não arrecada e não gera emprego formal **Angelo Coronel**

Senador pelo PSD da Bahia, ao defender a polémica proposta de legalizar a exploração de cassinos em resorts e de todo tipo de jogatina no país, área historicamente sob controle do crime organizado

Meia-volta, volver

Desde o início da corrida eleitoral na Bahia, 49 candidatos a prefeito abandonaram o páreo ou foram impedidos judicialmente de continuar na briga, de acordo com levantamento feito pela Satélite na base de dados do TSE. Até ontem, 28 deles haviam renunciado à candidatura. Entre os quais, três ex-prefeitos: Raimundo Caires (PP), de Paulo Afonso; Jorginho Castellucci (PSB), de Salinas da Margarida; e Tânia Portugal (PCdoB), de São Sebastião do Passé. O restante teve o registro indeferido ou cancelado em definitivo pela Justiça Eleitoral por ausência de documentos e requisitos exigidos na legislação, enquadramento na Lei da Ficha Limpa ou condenação por abuso de poder.

COMISSÃO DE FRENTE

PT e PSB lideram o ranking dos partidos com a maior quantidade de filiados considerados inaptos para concorrer à sucessão deste ano, com seis nomes cada. Em seguida, estão PSD (cinco); Solidariedade, PCdoB e DEM (quatro); PP e PDT (três). Os demais tiveram dois ou só um candidato na lista de excluídos.

Mais do mesmo

Na soma geral, a Bahia acumula 1.483 candidatos que saíram do jogo durante o período eleitoral. Fora a tropa que estava na batalha para prefeito, há 79 concorrentes a vice e 1.355 a vereador. Ainda de acordo com o balanço mais recente do TSE, 894 foram alvos de indeferimento, 558 renunciaram e 13 não tiveram o pedido conhecido pela Justiça. Ocorreram também dez cancelamentos de registro e oito falecimentos.

Top five

O PT aparece novamente em primeiro lugar entre as siglas que acumularam o maior número de candidatos inaptos no estado, com 135 nomes. PSD e PP ocupam a segunda e terceira colocações, com 118 e 105, respectivamente, seguidos por PSB (92) e PCdoB (77).

Em cima do telhado

Outros 32 candidatos à prefeitura foram indeferidos, contudo, recorreram à Justiça para permanecer na disputa até julgamento definitivo. O caso mais complexo é em Itabuna, onde o atual prefeito, Fernando Gomes (PTC), e um ex, Geraldo Simões (PT), concorrem sub judice.

Fiel da balança

Deputados baianos com vasto conhecimento sobre as guerras de poder no Congresso garantem que as próximas avaliações sobre a popularidade do presidente Jair Bolsonaro terão peso decisivo no confronto pelo comando da Câmara. Caso ele segure os índices positivos, o parlamentar unido pelo centrão, Arthur Lira (PP-AL), continuará vivo no front. Por outro lado, a queda de Bolsonaro, no rastro de eventuais desgastes causados após a derrota de Donald Trump nos EUA, fortalecerá de vez o grupo liderado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ponto de bala

Integrantes da Faroeste no Ministério Público Federal garantem que, passado o segundo turno, a operação será retomada de imediato. Agora, com foco voltado para novos alvos.

Informações e inscrições: **09 a 23/11**
www.institutoocm.com.br

CURSO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS EM ECONOMIA CRIATIVA - EAD

Venha aprender tudo que você precisa saber para gerir e ter sucesso com seu negócio criativo.

GRATUITO

Apio: **projek** **REDE BAHIA**

Realização:

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 008/2020

Tipo: Menor Preço - Recebimento da Proposta: Até às 17h:30min do dia: 18/11/2020. Abertura: 19/11/2020 às 14h30min - Objeto: Manutenção Rodoviária na BA-093 no trecho Algas do Viaduto da BA-093 entro, com BR-324, extensão 1,0 km, Família 07.19. Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 445 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-Ba. O Certame será realizado mediante Videoconferência, com acesso através do endereço eletrônico: www.infraestrutura.ba.gov.br/licitacoes ou <https://compraonline.ba.gov.br/contenidos/ases%3Fsa3o-virtual>, em conformidade com a Instrução Normativa SAEB nº 016/2020, ante a situação de emergência, acarretada pela Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8h:30 às 12:00h e das 13h:30 às 17h:30. Maiores esclarecimentos no telefone (71) 31155-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cp@infra.ba.gov.br. Salvador-Ba, 10/11/2020. Naguarcy de Oliveira Lima/Presidente da CPL em Exercício.

SEINFRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
ESTADO DA BAHIA

Pregão Presencial nº 007/2020.5 - SRP - Aviso de Licitação

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Eventual Fomecimento de equipamentos e materiais de construção a serem utilizados pela SEDUC - Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde/BA, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro Oficial do Fundo Municipal da Educação, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços do tipo Menor preço por lote, cuja sessão acontecerá no dia 23 de Novembro de 2020 às 10:00 hs, no auditório da COSEL/SEDUC - sito à sito à Avenida Juvenal Eugênio de Queiroz, s/n, Baixa Fria, neste Município.

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sala da COSEL, de 2ª a 6ª feira no horário das 08:00 às 14:00h gratuitamente na Sala da Comissão Setorial Permanente de Licitação - SEDUC do Município, no sito à Avenida Juvenal Eugênio de Queiroz, s/n, Baixa Fria - São Francisco do Conde - Bahia. Maiores informações através do fone: xxx (71) 3651 - 4603.

Joel Barbosa dos Santos - Pregoeiro Oficial.

COPEPOR - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE
CNPJ/MF Nº: 16.234.627/001-47

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2020

As onze horas do dia onze de setembro de dois mil e vinte, atendendo ao Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no Jornal Correio, da cidade de Salvador - BA, editado nos dias 27, 28 e 29 de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se em sua sede Social, na Rua Etério, 1.042, Complexo Básico - COPEC, Município de Camaçari, no Estado da Bahia, CEP 42816-200, em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da COPEPOR - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE, compareceram à sessão representando mais de dois terços do capital social em direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Compareceu também a reunião, o Senhor JOSÉ RICARDO UCHOA CAVALCANTI ALMEIDA, Diretor Presidente da COPEPOR. Na forma estabelecida no art. 13 do Estatuto Social da Companhia, foi escolhida para presidir a Assembleia a senhora CRISTINA ROCHA TROCELLI, inscrita na OAB/BA sob nº 13.292, aqui convocado(a) Senhor JOSÉ RICARDO UCHOA CAVALCANTI ALMEIDA, para secretariar a reunião regulamentar convocada. Constatada a quórum, a Senhora Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária que foi convocada por edital com a seguinte ordem do Dia: ITEM I - Substituição de membro do Conselho de Administração; **DELIBERAÇÃO:** ITEM I e seu Orden do Dia, foi informado que o Conselho de Administração senhor JOSÉ RICARDO UCHOA CAVALCANTI ALMEIDA, eleito em AGO de 2006/2020, apresentou carta de renúncia ao cargo de Membro efetivo do Conselho da Administração da COPEPOR, sendo necessário eleger seu substituto para cumprimento do restante do mandato. Desta forma, procedeu-se à eleição do membro do Conselho de Administração, tendo o Colegiado resolvido, eleger, por unanimidade, como Membro Efetivo o senhor EDNACIO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, omelesta social, portador de Carteira de Identidade número 37/672.241-1 expedida pela SSP/SP (inscrito no CPF/MF sob o número 764.390.697-49, com endereço comercial à Av. Alberto Soares Sampaio, 2122-A - RPT, Mauá - SP - CEP 05080-000, para cumprir o mandato a partir da presente data, até 30/09/2022 ou até a AGO de 2022, o que ocorrer primeiro. Não havendo nada mais a tratar encerrou a sessão e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura da presente Ata, a qual depois da leitura dos trabalhos, lida e achada correta, sendo assinada pelo(a) Senhora Presidente, pelo(a) Secretário e pelos Acionistas presentes, Camaçari, BA, 11 de setembro de 2020. Cessa Ata sendo lidas as Cartas para os fins necessários. Declaramos para os fins de direito que a presente

BA: IBGE prevê redução de 1,1% na safra de grãos em 2021

AGRONEGÓCIO A safra 2021 de cereais, leguminosas e grãos deve ter redução de 1,1% na Bahia, segundo o primeiro prognóstico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado ontem. Segundo a projeção, a safra deve ficar em torno de 9,8 milhões de toneladas no ano que vem, diante de 9,9 milhões de toneladas para 2020.

Dentre os principais produtos do estado, há previsão de aumento na produção de soja, em 5,5%, e do feijão 1ª safra, de 0,1%, no ano que vem. Já o algodão herbáceo terá queda de 18,3%, estima a pesquisa, e o milho 1ª safra terá queda de 2,8%.

Apesar da queda geral, há perspectiva de uma quebra positiva de recorde com a soja no estado. Caso se confirme, o aumento previsto para 2021 deve levar a uma safra recorde do produto

9,8
milhões de toneladas deve ser a safra baiana de 2021

5,5%
é a projeção de aumento da produção de soja no estado

127,1
milhões de toneladas deve ser a produção brasileira, diz o IBGE



Previsão do IBGE é que a safra de soja seja recorde na Bahia no ano que vem

(6,402 milhões de toneladas), por conta do crescimento de 3,7% da área plantada (de 1,620 milhão para 1,680 milhão de hectares) e de 1,7% no rendimento médio (de 3.746 para 3.811 kg/hectare).

O estado deve contribuir para o aumento previsto de 4,6% na produção brasileira de soja, que deve chegar a 127,1 milhões de toneladas em 2021, segundo o IBGE, com aumento de 1,2% na área a ser plantada.

Para o mês de outubro, houve uma pequena queda em relação a setembro, de 0,5%. Mesmo assim, a safra baiana de grãos esse ano segue a maior da série histórica do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE desde 1972, com um aumento de 19,7% (ou mais

1.629.585 toneladas) em relação a 2019 (8.283.660 toneladas).

A diminuição pequena de setembro para outubro foi causada por revisões para baixo em três produtos: algodão herbáceo (-15 mil toneladas ou -1,0%), feijão 2ª safra (-30 mil toneladas ou -16,3%) e soja (-50 mil toneladas ou -0,8%).

Com os dados de outubro, a Bahia segue tendo a sétima maior produção de grãos do país, correspondente a 3,9% do total nacional.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,392	R\$ 5,393
Dólar Turismo	R\$ 5,407	R\$ 5,533
Euro turismo	R\$ 6,381	6,385

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	105.067	+15%

POUPANÇA

11/11/2017	0,119%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	2,31%	3,52%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,77%
IGP-M/FGV	3,23%	18,10%	20,93%

RECORDE NA BOLSA

105.067

pontos foram alcançados, ontem, pelo índice Ibovespa, da B3 (bolsa oficial do Brasil). Foi o nível mais alto desde o fim de julho e a sexta sessão seguida que o indicador fechou em alta. Somente nos últimos seis pregões, a bolsa subiu 12,15%.

miriam leiteão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Um presidente que atormenta

O Brasil está vivendo a maior tragédia de saúde pública em um século, e o presidente comemora. Há 162 mil mortos, e o presidente diz "mais uma que Jair Bolsonaro ganha". Não há vitória para qualquer pessoa num país que conta seus mortos. Esta é uma guerra pela vida que deveria unir, que tinha que seguir o comando apenas da ciência e da medicina. O drama que levou uma pessoa de apenas 33 anos não pode ser vitória de ninguém. Esta não é a primeira vez que Bolsonaro atenta contra a saúde pública espalhando descrédito contra uma vacina que pode vir a ser aprovada, não é a primeira vez que ele trata essa calamidade nacional como se fosse uma disputa de egos ou o planalto antecipado de 2022.

Até quando as Instituições vão ignorar o fato de que há crime envolvido nisso? Vários crimes. Tipificados e arrolados no Código Penal para quem ameaça a saúde pública e o faz dessa forma, insistente e cotidianamente. Desde o início da pandemia, o presidente Bolsonaro cometeu inúmeros absurdos como o de combater a proteção contra o vírus. Ontem o país amanheceu com mais um

está sendo pesquisada pelo Instituto Butantan e a Sinovac na China traz "morte, invalidez e anomalia". Não há qualquer comprovação. A postagem delinqüente diz ainda que essa é a vacina que o "Dória queria obrigar a todos os paulistanos a tomá-la". Com essas palavras ele está considerando a suspensão da Anvisa como definitiva? E termina com a frase horrenda, dadas as circunstâncias envolvidas, a de que é "mais uma que Bolsonaro ganha".

A consequência foi lançar sobre a Anvisa a dúvida da politização. Os brasileiros precisam da Anvisa técnica, mais do que nunca. Os servidores certamente vão seguir seus protocolos com responsabilidade. Mas o evento cria uma névoa sobre a agência. Em nenhum momento, na entrevista de ontem, a Anvisa

Covid já matou 162 mil, mas Bolsonaro comemora suspensão de vacina e cria dúvidas sobre a autonomia da Anvisa

sidente insinuou. O contra-almirante Antonio Barra Torres, para defender a agência que preside, deveria negar o que o presidente disse. Preferiu a tangente, ao dizer que não teceria comentários sobre questões políticas.

Mas o que Bolsonaro tinha dito era um diagnóstico: "morte, invalidez e anomalia." Se causa tudo isso, ele tem que dizer. Se não há qualquer indício, ele tem que dizer.

E por que ele não diz? Não é para proteger a Anvisa de con-

Torres foi o mesmo que participou de uma manifestação antidemocrática ao lado de Bolsonaro, sem máscara, gerando aglomeração no meio de uma pandemia.

Os testes com uma das vacinas mais promissoras foram suspensos pela Anvisa numa decisão que ainda não foi completamente esclarecida. A agência diz que seguiu o protocolo, já que houve um "evento adverso grave". O Instituto Butantan disse que enviou o comunicado no dia 6, e que na segunda-feira, dia 9, às 20h40, recebeu a resposta de que os testes estavam suspensos. A Anvisa diz que o ataque de hacker impediu que ela recebesse no dia 6. O Instituto disse que como a agência havia convocado a reunião para a manhã de ontem, poderia ter esperado a conversa. A causa da

relação com a vacina em si. Tudo isso poderia ser apenas — e já seria grave no contexto de uma pandemia — desentendimento burocrático entre o regulador e o produtor de vacinas. Mas o presidente da República tornou tudo mais grave.

Numa pandemia, o Brasil precisa manter a confiança na Anvisa e no Instituto Butantan. Se a Anvisa autorizar e o instituto produzir, a credibilidade dos dois órgãos será fundamental para que os brasileiros se imunizem. Da mesma forma o país precisa ter confiança no imunizante a ser produzido pela Fiocruz. Ou qualquer outro que seja importado pelo governo.

O Brasil tem um presidente que atormenta, que escolheu fazer parte do problema e não da solução. Ele politizou o Ministério da Saúde e o transformou numa sombra do que já foi, brincou com essa doença como se ela não tivesse a seriedade que tem, inoculou em seus seguidores a desconfiança na ciência e nas vacinas, prescreveu remédios sem comprovação científica, estimulou aglomeração e maus hábitos. O que falta para Jair Bolsonaro entender a dor do

tormento criado por ele. Ele postou que a vacina que

esclareceu que não considera que a vacina cause o que o pre-

taminação política. Ele é o camião dessa contaminação. Barra

morte do voluntário, segundo o IML, foi suicídio, portanto, sem

Brasil? COM ALVARO GRIEBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

Portos baianos: Codeba entra nos planos para as privatizações

INFRAESTRUTURA O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, quer avançar nas desestatizações no setor portuário. Em reunião ontem ele sinalizou a intenção de incluir a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e a Companhia Docas do Pará (CDP) na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Na lista do governo, já estão os portos de Santos (SP), São Sebastião (SP), do Espírito Santo e de Itajaí (SC). "Temos de pisar no acelerador, até porque quero fazer mais", disse, durante a apresentação dos estudos para a desestatização do porto de Itajaí nesta tarde. De acordo com Tarcísio, o Brasil tem grandes características para atrair investidores privados. "Essas desestatizações são prioridades absolutas para o Ministério da Infraestrutura", afirmou.



EVARISTO SA/AFP

Essas desestatizações são prioridades absolutas para o Ministério da Infraestrutura Tarcísio Freitas

Ministro da Infraestrutura, falando planos para privatizar companhias docas

PANDEMIA FAZ CUSTO DO GOVERNO CRESCER 70%

BRASÍLIA Os custos totais do governo federal totalizam R\$ 1,73 trilhão e aumentaram 70% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019 por causa da pandemia, divulgou, ontem, o Tesouro Nacional. O indicador mede os gastos dos Três Poderes da União e do Ministério Público Federal com mão de obra,...

Governo suspeita de 5,8% dos auxílios emergenciais pagos

CONTROLADORIA O governo federal suspeita que 3,95 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial de maneira irregular - o que equivale a aproximadamente 5,8% do total de benefícios pagos para 67 milhões de brasileiros. A estimativa foi passada nesta terça-feira (dia 10) pelo ministro Wagner de Campos Rosário, da Controladoria Geral da União. A estimativa dele é que as ações de controle tenham resultado numa economia de recursos públicos da ordem dos R\$ 4 bilhões. Desde o início do pagamento dos benefícios, foram devolvidos R\$ 187 milhões aos cofres públicos, de contribuintes que teriam recebido os recursos irregularmente. O ministro falou para um grupo de mil profissionais de

auditoria interna brasileiros sobre as ações da CGU no combate às irregularidades, durante a pandemia da covid-19, durante o Conbral - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna, maior evento já realizado da carreira no país. Wagner Rosário participou de Brasília, através de uma videoconferência. A quantidade de acessos à página de informações sobre o auxílio emergencial foi apontada como uma das

187MI de reais foram devolvidos por pessoas que teriam recebido recursos irregularmente

provas do tamanho do desafio que foi fazer o pagamento do benefício, diz o ministro. A CGU ficou responsável por fornecer o suporte ao governo no sentido de evitar fraudes nos pagamentos. Segundo ele, a página do auxílio na internet foi o segundo endereço mais acessado da América Latina, atrás apenas de um grande site que trabalha com vendas online. Nos últimos meses, a CGU identificou diversas irregularidades na concessão dos benefícios. Segundo o ministro, as principais foram agentes públicos, pessoas com renda incompatível, empresários, pessoas com um patrimônio alto, outras que já participavam de outros programas sociais, além de trabalhadores que estavam como empregados pela CLT.

CONCURSO ABERTO PARA ALUNOS DE PUBLICIDADE

NOVOS TALENTOS Começam hoje e vão até o dia 23, as inscrições para a edição 2020 do FenapróUniversitário. O concurso, destinado a estudantes de Publicidade e Propaganda do país, é realizado pela Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), sob co-ordenação do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia (Sinapro-Bahia), em parceria com o Sinapros do país. A iniciativa busca descobrir talentos que ainda estão nas universidades e valorizar os profissionais da propaganda. Em 2020, a dupla de estudantes inscrita terá de criar campanha com o tema: "Publicidade: Qual o futuro do mercado de trabalho?". O regulamento completo está no site https://bit.ly/FenaproUniversitario2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON AVISO DE LICITAÇÃO. Aviso de Licitação. Edital: Pregão Eletrônico nº 038/2020. Abert: 23/11/2020 às 09:00h. Através do site www.licitacoes-e.com.br. Obj: registro de preço para eventual aquisição de materiais esportivos para as atividades de esporte e lazer no exterior de 2020 no município de Miguel Calmon. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon, no site: http://diariosoficiais.org.br/miguelcalmon e no site: www.licitacoes-e.com.br. T. 74.3627-2121. Wesley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÉRICO CARDOSO - BA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2020 Município de Érico Cardoso. Objeto: Menor Preço por Item. Objeto: aquisição de ventilador p/monitor, monitor multifuncional, cilindro, de oxigênio, umidificador, válvula reguladora de pressão para cilindro de oxigênio, e inalador, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Sessão data: horário 23/11/2020 às 09:00hrs. Edital/informações no Sistema de Bases de Dados (www.licitacoes-e.com.br), na Prefeitura, na Praça Matiz, 66, Centro, nesta cidade, tel. 77-36727100, das 08h às 12h. Érico Cardoso/BA, 10/11/2020. Luis B. Pereira - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020. AVISO DE LICITAÇÃO. A Comissão Permanente comunica aos interessados na licitação. Processo Administrativo nº: 362/2020. Modalidade: Tomada de Preços nº: 005/2020. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de reforma e ampliação das instalações da Unidade de Apoio de Campanha, localizada no bairro Barão de Camapari, que a empresa KRS CONSTRUTORA EIRELI, insc. no CNPJ, temporariamente recusa a decisão proferida. Prazo para manifestação dos interessados dos interessados: dias úteis. Informações: Tel: (71) 3641-6200 e-mail: catulic@catu.ba.gov.br. Catu/BA, Zuleide Mota da Silva Souza - Presidente da Copel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO CNPJ N: 14.105.704/0001-33 TOMADA DE PREÇOS 004-2020 A CPL da Prefeitura Municipal de Brumado, realizará licitação dia 27/11/2020, às 09:00h (nove horas, em sua sede, para atender despesa com ampliação do Campo de Futebol do Bairro São Félix. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico http://www.brumado.ba.gov.br/licitacoes-e-compras e na sede da Prefeitura Municipal de Brumado, situada na Praça Coronel Zeza Leite, nº 415, Centro, Brumado/BA. Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial (www.brumado.ba.gov.br) ou por e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006-2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041-2020. OBJETO: Aquisição de lavatórios com colunas em porcelana, impressão de material educativo, com o objetivo na realização de promoção da ações na prevenção do COVID-19 nas unidades internas nas escolas da sede e da zona rural em cumprimento das Diretrizes para protocolo de retorno às aulas presenciais neste Município de Paramirim - Bahia, para o exercício de 2020. ABERTURA: 23/11/2020, às 08:30h - A retirada poderá ser no site: licitacoes-e.com.br e por e-mail: setorderegao2019pmp@gmail.com - Edital / informações no Setor de Pregão, Fone: 77 3471-2046 das 08:00 às 13:00hs - Célio Damasceno de Moraes - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VICOSA CNPJ N: 13.761.531/0001-49 AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 018/2020 A Pregoeira do Município de Nova Vicosa/BA realizará no dia 17/11/2020, às 09h30min, licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por lote, com objeto contratação de empresa especializada para aquisição de Material Penso e Epi's para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O Edital e seus anexos estão disponibilizados no site: https://www.novavicosaba.gov.br/licitacoes-e-compras e www.comprasgovernamentais.gov.br UASG 983761. Nova Vicosa, 11 de novembro de 2020. Thainara Nascimento Antonio- Pregoeira AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 019/2020 A Pregoeira do Município de Nova Vicosa/BA realizará no dia 17/11/2020, às 14h, licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por item, com objeto contratação de empresa especializada para coleta de lixo Hospitalar e descartes de medicamentos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O Edital e seus anexos estão disponibilizados no site: https://www.novavicosaba.gov.br/licitacoes-e-compras e www.comprasgovernamentais.gov.br UASG 983761. Nova Vicosa, 11 de novembro de 2020. Ivanilze Souza Câmara- Pregoeira

CONSORCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JEQUIÉ CNPJ N: 26.037.369/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020 A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Urandi torna pública aos interessados que esta aberta a Tomada de Preços nº 005/2020, que tem por objeto Pimentação Afstática, tipo menor preço global. Data: 27/11/2020, às 08h00min horas na sede da Prefeitura Municipal. O Edital e atos posteriores podem ser consultados no site: http://www.urandi.ba.gov.br. Urandi-BA, 10 de Novembro de 2020. Telefone: (77) 3456-2127. CONCEIÇÃO MARIA POLICIANO, presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORTUGABA-BA AVISO DE LICITAÇÃO -SRP - PE Nº 005/2020 - ID 844575 PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº: 053/2020 Objeto: Pregão Eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de mudas de plantas de diversas espécies para paisagismo, visando o embelezamento de locais públicos, tais como rotatórias, praças, conjuntos educacionais e jardins, pertencentes à Prefeitura Municipal de Mortugaba-Ba. Data: 25/11/2020, às 08h00min, informações no Setor de Licitação, Rua Francisco Silva, Nº 15, Centro - Fone: (77) 3464-2212. ANDERSON DIAS DA ROCHA - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA EXTRATO DE CONTRATO Nº 097/2020. DISPENSA 052/2020. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA-BA. CONTRATADO(A): A Empresa CLAUDINETE ROSA DA SILVA-NE. CNPJ: 06.282.791/0001-03 OBJETO: Aquisição de produtos/ativos, para realização de cursos de cabuleiro (corte masculino e feminino) e tratamentos químicos capilares) manuseio e pedicure, como objeto de promover capacitação e inclusão social para jovens do Município. VALOR TOTAL DO CONTRATO valor R\$ 5.690,60 (cinco mil seiscentas e noventa reais e sessenta centavos). VIGÊNCIA: 02(dois) meses. DATA DA ASSINATURA: 10 de Novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2020 A CPL da PM de Itamaraju-BA realizará licitação na Modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo menor Preço Global, visando o Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada na Fabricação e Instalação de Móveis Planejados, com fornecimento de toda o material, insumos e mão de obra utilizados na prestação de serviços e montagem do objeto contratado, além de assistência técnica a ser prestada durante o período de garantia, para atender as diversas secretarias desta municipalidade. Início do acolhimento das propostas: 12/11/2020, às 9h00min às 08h59min do dia 23/11/2020. Abertura das propostas: 23/11/2020, às 09h00min. Início da sessão da disputa dos lances: 23/11/2020 às 9h15min. Local/Site: www.licitacoes-e.com.br. Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). T: (73)3284-3132 - O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.itamaraju.ba.gov.br. Em, 09/11/2020. Jucenize C. Favaleira de Almeida - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 054/2020. O município de Itabuna comunica a abertura do Pregão Eletrônico - SRP Nº 054/2020, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (SECOS E ESTOCÁVEIS), DESTINADOS AO PREPARO DE REFEIÇÕES PARA OS BENEFICIÁRIOS, ATENDIDOS NOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM O OBJETIVO DE ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NOS TERMOS DA LEI 13.979/20. Recebimento das propostas, até 17/11/2020 às 10:00hs; Abertura das propostas: 17/11/2020 às 10:00hs; Início da sessão de disputa de preços: 18/11/2020 às 10:00hs. O Edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site: www.itabuna.ba.gov.br/diariosoficiais.html. Licitação B5 nº 844163. Informações através do e-mail: itabunalicita@gmail.com.br. Ou do telefone 73 3214-1469. Itabuna/BA, 11 de novembro de 2020. Evelyn Silva de Castro - Pregoeira Designada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAQUARA CNPJ N: 13.910.211/0001-03 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de recuperação de estradas vicinais dos trechos: Povoado Piabarna até Povoado Malhada e Povoado Malhada até Povoado Cafezeiro, no Município de Jaguaguara/BA. Sessão de Abertura: 26/11/2020, às 9:00 horas. Local: Praça JI Seabra, nº 172, Centro - Prefeitura Municipal de Jaguaguara/BA. Retirada do Edital: endereço eletrônico: licita_jaguaguara@hotmail.com - Tel.: (73)3534-9550. Jaguaguara, 11 de novembro de 2020. Luana Damasceno - Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORDESTINA CNPJ N: 13.347.539/0001-63 AVISO DE PUBLICAÇÃO O Município de Nordestina, Estado da Bahia, torna público que no dia 09 de novembro de 2020, homologou e adjudicou os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, quando do encaminhamento licitatório referente à Tomada de Preços Nº 006/2020, articulando e homologando

funcionamento, insumos, gastos financeiros, desvalorização de patrimônio e repartição de receitas com estados, municípios e organizações da sociedade. Entre os componentes que elevaram os custos está o auxílio emergencial.

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO NºS 03 E 04/2020
 O Pregão eletrônico será realizado em 23/11/2020 às 08h00m (horário de Brasília). Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br, nº da Licitação: 843836. Objeto: prestação de serviços de tele diagnóstico de imagem e cardiológico para apoio diagnóstico de exames de holer, mapa, eletrocardiograma (ECG) e eletroencefalograma (EEG), e tele diagnóstico de imagem para apoio diagnóstico de exames de Reso X e tomografia, inclusa a disponibilização em forma de comodato do sistema PACS, através do MENOR PREÇO POR LOTE. E realizará também a licitação em 23/11/2020 às 08h00m (horário de Brasília) Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br, nº da Licitação: nº 843836. Objeto: registro de preços para o fornecimento parcelado de filmes de raios-x laser S/QD compatível com a marca Kônic para a manutenção das atividades da Policlínica Regional de Saúde de Jequié-BA, mediante a necessidade da contratante, através do MENOR PREÇO GLOBAL. Informações: tel. (73) 3535-2285 ou e-mail consorcio.saude.jequie@gmail.com. Divulgação dos atos Diário Oficial: www.consorcio.jequie.ba.io.org.br. Jequié-BA, 11/11/2020. Jarbas Apolônio da S. Junior-Pregoeiro

do o objeto licitado, em favor da empresa FERREIRA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA, R\$498.624,74 (quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos).
 Nordestina, 09 de novembro de 2020. Erivaldo Carvalho Soares - Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO Nº 550/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 387/2020, ATO: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NORDESTINA. CONTRATADO: FERREIRA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO POVOADO PORTELINHA, NESTE MUNICÍPIO DE NORDESTINA-BA. FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.668/93. VIGÊNCIA: DE (QUATRO) MESES. VALOR GLOBAL: R\$498.624,74 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS). NORDESTINA - BA, 10 DE NOVEMBRO DE 2020. ERIVALDO CARVALHO SOARES, PREFEITO MUNICIPAL

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 11/11/2020	Página: 08

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

2 1 bi de reais de ICMS

Pesquisadores da UEFS publicaram dias atrás, resultados preliminares de um estudo sobre o ICMS em Feira de Santana que constatou um aumento no montante do tributo, que já passa de 1 bilhão de reais no acumulado dos últimos 12 meses. Apesar do choque causado pela pandemia, a arrecadação segue crescendo desde junho, tendo sido maior em todos os meses subsequentes que os valores observados nos 3 anos anteriores.

Tribuna

Gasolina já está mais cara nos postos da capital

Motoristas se queixam que já pagaram até R\$ 1 a mais no valor do litro do combustível

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

Além da alta nos produtos da cesta básica e do gás de cozinha, a novidade agora é a elevação dos preços dos combustíveis em muitos postos de gasolina, em Salvador. Alguns motoristas chegam a se queixar de terem pago até R\$ 1,00 a mais por litro. O Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (sindicombustíveis) alerta que houve uma retração no setor e que agora tudo começa a voltar a normalidade, mas a Petrobrás não repassou aumento.

"As variações de mer-

cado são comuns quando se trata deste segmento. Houve uma retração da procura devido ao isolamento social provocado pela pandemia do coronavírus. Então os postos começaram a baixar os preços, assim funciona a lei da oferta e da procura. Um queria competir com o outro para tentar vender o seu produto. A situação está voltando ao normal. Só falta mesmo as escolas retornarem, então alguns postos elevaram o preço do litro nesta terça, 10", disse Marcelo Travassos, secretário executivo do sindicombustíveis Ba, em conversa com a **Tribuna da Bahia**.

O aumento ocorre também depois do anúncio da Pfizer de resultados promissores para sua vacina contra a Covid-19 e a Ará-



Foto: Romildo de Jesus

PREÇOS Na Djalma Dutra, o posto da Petrobras vendia a gasolina comum por R\$ 4,650, e aditivada por R\$ 4,750. Tem postos em que o valor é ainda maior

bia Saudita dizer que o acordo da Opep+ poderia ser ajustado para equilibrar o mercado.

Os preços do petróleo ampliaram alta já na segunda-feira, avançando quase 10%, o maior ganho

diário e mais de seis meses. O petróleo Brent subiu 3,46 dólar, ou 8,77%, a 42,91 dólares por barril, às 13:02 (horário de Brasília). O petróleo dos Estados Unidos avançava 3,58 dólar, ou 9,64%, a 40,72 dó-

lares por barril.

"Aos olhos dos comerciantes, uma vacina ajudará a garantir que nenhum 'lockdown' futuro seja necessário e trará as pessoas de volta às ruas, permitindo a recuperação do

transporte rodoviário e aéreo", disse o chefe de mercados de petróleo da Rystad Energy, Bjornar Tonhaugen.

Na Djalma Dutra o posto da Petrobrás vendia a gasolina comum por R\$ 4,650, e aditivada por R\$ 4,750. No bairro da Graça o litro da gasolina comum saía por R\$ 4,490 e aditivada por R\$ 4,790, a bandeira também Petrobrás. Na região do Dique o posto Shell vendia a gasolina comum por R\$ 4,689 e aditivada por R\$ 4,989.

O motorista de aplicativo Genival Borges, disse que teve um susto ao acordar e tentar abastecer o carro, "logo percebi, que deveria aumentar o valor das corridas.

Em geral ida e volta para o aeroporto fica ao redor de R\$ 35,00, vou refazer as contas. Tinha posto com até R\$ 1,00 a mais no valor, que costumava colocar combustível. Estava sempre abaixo de R\$ 4,00, nos últimos meses e tem posto agora cobrando quase R\$ 5,00."

Tribuna

Antiga sede da Oi no Cabula será transformada em complexo escolar

BERNARDO REGO
ESTAGIÁRIO

O setor de educação vai ganhar um novo espaço em Salvador. O governador Rui Costa anunciou nesta terça-feira (10) a desapropriação da antiga sede da Oi localizada no bairro do Cabula para a construção de um complexo educacional e cultural. O projeto também abrange outros municípios do estado com investimento de cerca de R\$ 103 milhões.

Ele comentou que a enorme área tinha prédios desativados e por isso tomou tal atitude. "Eu passei esses dias no Cabula e vi ali uma área enorme, onde funcionava a antiga Tele-

bahia e hoje funciona a Oi. São 87 mil metros quadrados, se não me engano, eu passei ali e vi os prédios desativados. Mandeí verificar a regularidade dos registros cartoriais e documentos daquela área e resolvi fazer um processo de desapropriação daquela área inteira para fazer um complexo educacional para adultos e, se o município topar a parceria, nós vamos fazer um complexo infantil também", pontuou.

O petista falou também que muitas escolas da região de Pernambuco, Cabula e entorno não têm equipamentos adequados para a cultura e a prática de esportes. "Nós vamos montar um grande complexo de serviço público educacional, cultu-

ral, esportivo, de formação profissional, com escolas profissionalizantes. A Seinfra já está autorizada a entrar em contato com essas empresas, para montar cursos voltados para as empresas de telefonia. Convidar a Coelba também, para cursos voltados para a formação na área de eletricidade, mão de obra para a Coelba. Será um grande centro de formação profissional, educacional, cultural e esportivo", salientou.

Ele disse também que novas escolas serão construídas na capital baiana. "Nós teremos várias escolas novas, a exemplo do Lobato, onde fica a escola da PM, vamos ter escola nova em Paripe, em São Cristóvão, na Estrada das Barreiras,



COLETIVA
Governador Rui Costa anunciou um investimento de R\$ 103 mi na estrutura

uma escola nova no Imbui, além de outras", afirmou.

A requalificação anunciada vai beneficiar 20 escolas em sete municípios, sendo nove escolas em Salvador. O investimento previsto é de R\$ 25 milhões. Em Alagoinhas, serão beneficiados os colégios Modelo Luis Eduardo Magalhães, Estadual São Francisco e o Colégio da Polícia Militar - CPM Professor Carlos Rosa. Em

Camaçari serão beneficiados os colégios estaduais Polivalente de Camaçari, José de Freitas Mascarenhas e Modelo Luis Eduardo Magalhães. Em Candeias, será beneficiado o Colégio Estadual Polivalente. Em Catu, será beneficiado o Centro Estadual de Educação Profissional em Controle e Gestão do Nordeste Baiano Pedro Ribeiro Pessoa.

Em Salvador, serão beneficiados os colégios estaduais Thales de Azevedo, Evaristo da Veiga, de Praia Grande, Edvaldo Brandão Correia Pinto de Aguiar, José Augusto Tourinho Dantas, Governador Roberto Santos, Ana Bernardes, o Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão de Negócios e Turismo Luiz Navarro de Brito e o Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Rui inaugura Hospital do Câncer de Caetité nesta quarta-feira

O governador Rui Costa viaja ao sudoeste do estado, nesta quarta (11), às 9h, para inaugurar o Hospital do Câncer em Caetité. A unidade vai beneficiar moradores de 48 municípios da região que precisam de atendimento oncológico. Com 80 leitos, sendo dez de terapia intensiva (UTI), o hospital foi viabilizado através de convênio assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura, com o aporte estadual superior a R\$ 2,8 milhões, correspondendo a 90% do total investido. Foram investidos ainda pelo governo R\$ 10 milhões em equipamentos.

A nova unidade está estruturada para ofertar con-

sultas e exames para acompanhamento, diagnóstico e tratamento. Além do tratamento cirúrgico, o hospital tem à disposição dos pacientes o serviço de quimioterapia.

O governador vai ainda autorizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR) a celebrar convênio no âmbito do Projeto Bahia Produtiva. Rui vai também participar da entrega de praças, nas comunidades da Ilha e Buracão de Magalhães, e de quadras poliesportivas para as seguintes comunidades: Vargem de Invernada, Cristina, Candonga, Serragem, João Barroca, Tabua, Cachoeirinha, Papagaio e Chapada.

Tribuna

‘Brasil pode ir para hiperinflação muito rápido se não rolar dívida satisfatoriamente’

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido” se não rolar a dívida satisfatoriamente.

No evento “Boas práticas e desafios para a implementação da política de desestatização do governo federal”, organizado pela Corregedoria-Geral da União (CGU), ele se disse frustrado por não ter conseguido ainda privatizar nenhuma empresa estatal, como prometido na campanha do presidente Jair Bolsonaro, e defendeu desinvestimentos para reduzir o endividamento público.

Os economistas classificam de “hiperinflação” quando o principal conjunto de preços de um País - o Índice Nacional de Preços a Consumidor Amplo (IPCA), no caso brasileiro - aumenta de valor em mais de 50% em um mês. O Brasil viveu mais de uma década nessa situação, entre o começo dos anos 1980 e o lançamento do Plano Real em 1994. Em março de 1990, a

inflação mensal ultrapassou a casa dos 80%.

Como comparação, em outubro deste ano o IPCA subiu 0,86%, de acordo com dados divulgados na sexta-feira, 6, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O centro da meta de inflação para todo o ano de 2020 é de 4%, mas os analistas de mercado esperam um índice de 3,20% neste ano, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central publicado na segunda-feira, 9.

“Estou bastante frustrado com o fato de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido ainda vender nenhuma estatal. Por isso, um secretário nosso foi embora (Salim Mattar, que deixou o ministério em agosto). Entrou outro (Diogo Mac Cord) que só tem de fazer um gol pra ganhar; o outro fez zero”, afirmou. O ministro disse que acordos políticos na Câmara dos Deputados e no Senado impediram as privatizações. “Precisamos recompor nosso eixo político para fazermos as privatizações prometidas na campanha”, completou o ministro.

Maia cobra Congresso e diz que Brasil pode "explodir" e ter dólar a R\$7

BRASIL ECONÔMICO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a lentidão para votar pautas importantes no Congresso Nacional pode fazer o Brasil “explodir” e levar a uma disparada do dólar.

“Quem tem interesse na pauta é o governo. O Brasil vai explodir em janeiro se as matérias não forem votadas. O dólar vai a R\$ 7, a taxa de juros de longo prazo vai subir, para um país que, hoje, no final do ano, vai ter 100% da sua riqueza em dívida”, afirmou Maia em entrevista à CNN nesta segunda-feira (9).

O presidente da Câmara lamentou que “a esquerda está obstruindo (a pauta) por um motivo, e a base por outro”, o que dificulta as votações no Congresso e pode, segundo ele, prejudicar a economia brasileira a partir de 2021.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 10/11/2020	



10 de novembro de 2020 | 18:30

Bahia mantém estimativa de safra recorde de 9,9 milhões de toneladas de grãos em 2020

economia

O décimo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizado e analisado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), relativo a outubro, divulgado nesta terça-feira (10), projetou a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas em torno de 9,9 milhões de toneladas para este ano, o que representa uma expansão de 19,7% na comparação com 2019 – o melhor resultado da série histórica da pesquisa.

Em relação às áreas plantada e colhida, o IBGE projeta uma ligeira retração de 0,7% na comparação anual, registrando, em ambos os casos, uma extensão aproximada de 3,1 milhões de hectares (ha). Dessa forma, a produtividade média dos grãos estimada é de 3,1 toneladas por hectare, cerca de 20,5% superior à do ano passado.

“A expansão da safra da Bahia para este ano torna evidente as políticas acertadas do Governo do Estado de estímulo à produção agrícola. Estamos ainda enfrentando a pandemia do coronavírus e, mesmo neste cenário atípico, este é o melhor resultado da série histórica da produção baiana, superior à safra do ano passado”, ressaltou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

A soja ficou estimada em 6,1 milhões de toneladas, a segunda maior da série histórica do levantamento – inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de ton.). Com isso, houve expansão de 14,3% em relação ao volume produzido em 2019, com área colhida de 1,6 milhão de hectares (2,6% acima da safra anterior) e rendimento médio de 3,8 ton./ha (11,5% maior que 2019).

“A safra de milho foi novamente revisada, desta vez para 2,4 milhões de toneladas, em 614 mil ha plantados, representando uma alta de 49,3% em relação a 2019. A primeira safra do cereal foi responsável por 1,8 milhão de toneladas (31,8% acima de 2019), em 363,5 mil hectares. Por sua vez, a expectativa para a segunda safra da lavoura foi ampliada de 615 mil para 650 mil ton., em 250 mil ha, com expressiva alta interanual de 135,5%”, destaca Pedro Marques, economista da SEI.

Lavouras

A previsão para o feijão, porém, passou de 320 mil para 290 mil ton., o que fez com que se mantivesse no mesmo patamar de 2019. A área plantada totaliza 424 mil ha (8,8% inferior a 2019). A primeira safra de 135,9 mil toneladas teve recuo de 21,4% em relação ao ano anterior. A contribuição da segunda safra foi reestimada de 184,2 mil para 154,2 mil ton., alta de 31,1% na comparação anual.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE projeta uma produção de 5,1 milhões de ton., alta de 22,4% em relação à safra anterior. A produção de cacau ficou mantida em 118 mil ton., alta de 12,4% na comparação com 2019.

A produção total de café foi revisada para cima, podendo alcançar 246 mil toneladas este ano, um crescimento de 36,3% na comparação anual. A safra do tipo arábica ficou projetada em 120,5 mil ton.,

variação anual de 66,4%; e a do canéfora, em 125,5 mil ton., correspondendo a uma expansão de 16,1% na comparação com 2019. Por sua vez, as lavouras de banana, laranja e uva mantiveram, respectivamente, recuo de 18,3%, 0,7% e 38,8% em relação à safra anterior.

A produção de algodão (caroço e pluma) aproximou-se de 1,5 milhão de toneladas, o que representa um patamar próximo ao da safra anterior. A área colhida ficou em torno de 315 mil hectares, correspondendo a um recuo de 5,1% na mesma base de comparação.

As projeções ainda indicam uma produção de 963 mil toneladas de mandioca, mantendo-se estável em relação à safra anterior. A previsão para cebola é de alta de 3,9% em relação à colheita anterior, totalizando 302,4 mil toneladas. A estimativa para o tomate, no entanto, ficou em 241,2 mil ton., que corresponde a uma retração de 12,5% sobre a safra 2019.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 10/11/2020	



Pandemia faz custo do governo federal crescer 70% no primeiro semestre

economia

Os custos totais do governo federal totalizaram R\$ 1,73 trilhão e aumentaram 70% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado por causa da pandemia da covid-19, divulgou hoje (10) o Tesouro Nacional. O indicador mede os gastos dos Três Poderes da União e do Ministério Público Federal com mão de obra, funcionamento, insumos, gastos financeiros, desvalorização de patrimônio e repartição de receitas com estados, municípios e organizações da sociedade.

Os principais componentes que elevaram os custos foram o auxílio emergencial, que fez o item gastos financeiros crescer 79% nos seis primeiros meses de 2020, e as compras de equipamentos para enfrentar a pandemia, que elevou os custos de funcionamento do Ministério da Saúde em 55%, de R\$ 8,22 bilhões para R\$ 12,73 bilhões.

Segundo o Tesouro Nacional, os itens que contribuíram para o aumento dos gastos do Ministério da Saúde foram materiais farmacológicos (medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas medicinais), materiais reagentes para diagnóstico clínico e materiais de assepsia e equipamentos de proteção individual para ação preventiva contra o novo coronavírus (covid-19).

Sem o Ministério da Saúde, os custos de funcionamento (um dos itens dos custos totais do governo federal) teriam caído 6% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado para o Poder Executivo federal. A maior parte da redução deve-se ao trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia, que reduziu em 42% os gastos com diárias e passagens, em 41% as despesas de copa e cozinha, em 17% as de telefonia e de 11% as de água, esgoto, energia elétrica e gás.

Os demais poderes também registraram redução de custos por causa do teletrabalho. O custo de funcionamento do Poder Legislativo federal caiu 4% no primeiro semestre. No Poder Judiciário, a queda chegou a 11% e, no Ministério Público Federal, chegou a 14%.

Mão de obra

As despesas com mão de obra nos Três Poderes e no Ministério Público subiram apenas 1% nos seis primeiros meses de 2020. Em relação aos gastos financeiros, que subiram 79% impulsionados pelo auxílio emergencial, outros itens que puxaram o crescimento foram o aumento da transferência de recursos para bancar a redução da conta de energia durante a pandemia e a ajuda de R\$ 60,1 bilhões para estados e municípios, aprovada pelo Congresso.

Essa foi a primeira vez em que o Tesouro divulgou o Boletim Foco em Custos. O documento foi publicado na versão anual, com dados de 2019, e semestral, com os números dos seis primeiros meses de 2020. Segundo o órgão, o documento tem o objetivo de medir tanto o consumo de recursos pelo setor público como a prestação de bens e de serviços à sociedade. Os valores são apurados por meio da comparação do valor do patrimônio em relação ao período anterior.

Ranking

A versão anual do Boletim trouxe um ranking de desempenho para a transparência de qualidade da informação de custo entre os vários órgãos do governo. A lista foi elaborada com base em três categorias de

avaliação: regularidade, dispersão e personalização. Os órgãos e autarquias foram avaliados em quatro grandes grupos.

O Comando da Aeronáutica ficou em primeiro lugar entre as setoriais de custos; a Unipampa venceu entre as universidades federais. A Agência Nacional de Águas (ANA) destacou-se entre as agências governamentais. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por sua vez, foi a líder entre as empresas estatais dependentes em relação à transparência nas informações de custos.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 10/11/2020	



‘Brasil pode ir para hiperinflação muito rápido’, afirma Paulo Guedes

economia

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira, 10, que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido” se não rolar a dívida satisfatoriamente. No evento “Boas práticas e desafios para a implementação da política de desestatização do governo federal”, organizado pela Corregedoria-Geral da União (CGU), ele se disse frustrado por não ter conseguido ainda privatizar nenhuma empresa estatal, como prometido na campanha do presidente Jair Bolsonaro, e defendeu desinvestimentos para reduzir o endividamento público.

Os economistas classificam de “hiperinflação” quando o principal conjunto de preços de um País – o Índice Nacional de Preços a Consumidor Amplo (IPCA), no caso brasileiro – aumenta de valor em mais de 50% em um mês. O Brasil viveu mais de uma década nessa situação, entre o começo dos anos 1980 e o lançamento do Plano Real em 1994. Em março de 1990, a inflação mensal ultrapassou a casa dos 80%.

Como comparação, em outubro deste ano o IPCA subiu 0,86%, de acordo com dados divulgados na sexta-feira, 6, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O centro da meta de inflação para todo o ano de 2020 é de 4%, mas os analistas de mercado esperam um índice de 3,20% neste ano, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central publicado na segunda-feira, 9.

“Estou bastante frustrado com o fato de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido ainda vender nenhuma estatal. Por isso, um secretário nosso foi embora (Salim Mattar, que deixou o ministério em agosto). Entrou outro (Diogo Mac Cord) que só tem de fazer um gol pra ganhar; o outro fez zero”, afirmou.

O ministro disse que acordos políticos na Câmara dos Deputados e no Senado impediram as privatizações. “Precisamos recompor nosso eixo político para fazermos as privatizações prometidas na campanha”, completou.

Sem conseguir levar desinvestimentos nem a venda de imóveis públicos para frente, Guedes ressaltou que o País carrega empresas e bens ineficientes, enquanto tem uma dívida que cresce como “bola de neve”. “Se tivéssemos matado a dívida, estaríamos com recursos alocados para fazer transferência de renda”, completou.

Em outro evento também nesta terça, o ministro afirmou que, até dezembro de 2021, quatro estatais já deverão ter sido vendidas: Correios, Porto de Santos, Eletrobrás e PPSA, que administra o sistema de partilha de petróleo. “Até dezembro, essas quatro devem estar feitas. E muitas outras. Esse é o ponto de partida. Estamos propondo isso para o Congresso nos próximos 30 a 60 dias”, disse, em evento virtual sobre países emergentes, organizado pela agência Bloomberg.

Guedes acredita que, se houver sucesso na venda dessas quatro empresas, o Brasil pode recuperar dois terços do que foi gasto para combater os efeitos da pandemia de coronavírus, cerca de R\$ 800 bilhões, em um ano e meio. “Eu não acredito que seremos bem sucedidos em vender tudo, é só para te dar ideia do montante. Por outro lado, acredito que vamos vender muitas outras companhias. Esse é só o primeiro movimento”, afirmou, se contradizendo.

Segundo ele, os Correios devem ser alvo de grandes companhias de comércio eletrônico, principalmente com o crescimento dessa modalidade da economia.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, que participou do evento da CGU, ressaltou que é preciso bons projetos e editais, elaborados com transparência e que garantam segurança jurídica. “Só conseguimos vender o que o mercado quer comprar. O mercado participará se perceber que há transparência na elaboração de projetos.”

Missão de acelerar as privatizações

Em sua fala no encontro, do qual também participaram o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, e o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, Guedes disse que os dois têm a missão de acelerar o programa de privatizações. “Tem que começar pela Cedae, é um ativo que já poderia ter sido desestatizado”, disse, em referência à empresa de saneamento do Rio de Janeiro, que está no programa de recuperação fiscal do governo federal.

Sem citar diretamente, Guedes comentou ainda as eleições dos Estados Unidos e disse que as democracias estão “em transe”. “Um candidato questiona se foi eleito, outro diz que tem uma fraude. A inquietação do Ocidente é porque ele não está aguentando a competição [do Oriente]”, completou.

Estadão Conteúdo

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/11/20	



PANDEMIA FAZ CUSTO DO GOVERNO FEDERAL CRESCER 70%



admin 11 Novembro, 2020

Os custos totais do governo federal totalizaram R\$ 1,73 trilhão e aumentaram 70% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado por causa da pandemia da covid-19, divulgou hoje (10) o Tesouro Nacional. O indicador mede os gastos dos Três Poderes da União e do Ministério Público Federal com mão de obra, funcionamento, insumos, gastos financeiros, desvalorização de patrimônio e repartição de receitas com estados, municípios e organizações da sociedade.

Os principais componentes que elevaram os custos foram o auxílio emergencial, que fez o item gastos financeiros crescer 79% nos seis primeiros meses de 2020, e as compras de equipamentos para enfrentar a pandemia, que elevou os custos de funcionamento do Ministério da Saúde em 55%, de R\$ 8,22 bilhões para R\$ 12,73 bilhões.

Segundo o Tesouro Nacional, os itens que contribuíram para o aumento dos gastos do Ministério da Saúde foram materiais farmacológicos (medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas medicinais), materiais reagentes para diagnóstico clínico e materiais de assepsia e equipamentos de proteção individual para ação preventiva contra o novo coronavírus (covid-19).

Sem o Ministério da Saúde, os custos de funcionamento (um dos itens dos custos totais do governo federal) teriam caído 6% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado para o Poder Executivo federal. A maior parte da redução deve-se ao trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia, que reduziu em 42% os gastos com diárias e passagens, em 41% as despesas de copa e cozinha, em 17% as de telefonia e de 11% as de

água, esgoto, energia elétrica e gás. Os demais poderes também registraram redução de custos por causa do teletrabalho. O custo de funcionamento do Poder Legislativo federal caiu 4% no primeiro semestre. No Poder Judiciário, a queda chegou a 11% e, no Ministério Público Federal, chegou a 14%.

Mão de obra

As despesas com mão de obra nos Três Poderes e no Ministério Público subiram apenas 1% nos seis primeiros meses de 2020. Em relação aos gastos financeiros, que subiram 79% impulsionados pelo auxílio emergencial, outros itens que puxaram o crescimento foram o aumento da transferência de recursos para bancar a redução da conta de energia durante a pandemia e a ajuda de R\$ 60,1 bilhões para estados e municípios, aprovada pelo Congresso.

Essa foi a primeira vez em que o Tesouro divulgou o Boletim Foco em Custos. O documento foi publicado na versão anual, com dados de 2019, e semestral, com os números dos seis primeiros meses de 2020. Segundo o órgão, o documento tem o objetivo de medir tanto o consumo de recursos pelo setor público como a prestação de bens e de serviços à sociedade. Os valores são apurados por meio da comparação do valor do patrimônio em relação ao período anterior.

Ranking

A versão anual do Boletim trouxe um ranking de desempenho para a transparência de qualidade da informação de custo entre os vários órgãos do governo. A lista foi elaborada com base em três categorias de avaliação: regularidade, dispersão e personalização. Os órgãos e autarquias foram avaliados em quatro grandes grupos.

O Comando da Aeronáutica ficou em primeiro lugar entre as setoriais de custos; a Unipampa venceu entre as universidades federais. A Agência Nacional de Águas (ANA) destacou-se entre as agências governamentais. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por sua vez, foi a líder entre as empresas estatais dependentes em relação à transparência nas informações de custos.

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil – Brasília

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Bolsonaro, a derrota

Declarações infames minam credibilidade da Anvisa e semeiam desconfiança na vacinação

Quase ao mesmo tempo em que a multinacional americana Pfizer anunciava a eficácia de mais de 90% de seu imunizante, o presidente Jair Bolsonaro e seus apaniguados exibiam ao mundo mais uma lição de irresponsabilidade vacinal, ao politizar uma questão que deveria ser exclusivamente técnica.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mandou interromper o ensaio clínico de fase 3 da Coronavac, a vacina de origem chinesa em teste no país que, se aprovada, será produzida em São Paulo pelo Instituto Butantan, como parte de um acordo costurado pelo governador João Dória (PSDB). A medida atende a um protocolo.

Suspensões de ensaios ocorrem com alguma frequência e visam assegurar a qualidade do produto final e a ética no processo de testagem. A interrupção pode ser justificada, entre outros motivos, por eventos adversos graves inesperados — como foi o caso aqui, com a morte de um voluntário.

Se claramente não estiver relacionado à vacina, um evento do tipo não precisa levar à suspensão dos testes — e, como se noticiou depois, considera-se que houve provavelmente suicídio ou overdose.

A Anvisa alega que recebeu informações incompletas do Butantan e que não tinha outra alternativa além de suspender a testagem; já o instituto diz que seguiu os protocolos. Em qualquer hipótese,

urge que se retome o trabalho assim que a questão seja esclarecida.

Poderíamos estar diante de um mal-entendido ou um debate sobre procedimentos, não fosse a desfaçatez de Bolsonaro. O presidente foi às redes sociais celebrar o evento — originado por uma tragédia pessoal — e proclamar que vencerá “mais uma”. Em seu placar mental alucinado, teria imposto um revés à “vacina chinesa do Dória”.

Trata-se de mais que parvoíce e insensibilidade. O ato do chefe de Estado é de extrema gravidade por comprometer a credibilidade de uma agência reguladora, à qual cabe tomar decisões vitais com independência em relação ao governo de turno, e por semear a desconfiança na imunização.

Neste último aspecto, pesquisas realizadas pelo Datafolha em quatro metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Recife) já detectaram sinais preocupantes de que diminuiu a disposição da população a vacinar-se, além de ressalvas, sem nenhuma base científica, à vacina chinesa.

Ainda nesta terça (10), Bolsonaro encontrou tempo para fazer bravatas a respeito do enfrentamento da Covid-19 e pregar que o Brasil “tem que deixar de ser um país de maricas”. São todas suas, entretanto, a covardia, a omissão e a mesquinha que sabotaram os esforços do país durante a maior crise sanitária global em um século.

Ajuda para quê?

Congresso articula nova ajuda federal aos estados, sem que pareçam claros os motivos da despesa

Há movimentação no Congresso para aprovar após as eleições municipais mais uma ajuda financeira aos governos estaduais. A promessa, como sempre, é que o socorro às custas da União terá contrapartidas de ajuste orçamentário.

O projeto busca ampliar o alcance de propostas anteriores. Para os estados em grave crise, seria estabelecida uma flexibilização dos critérios de acesso ao regime de recuperação fiscal — hoje aplicado apenas ao Rio de Janeiro.

As novas regras permitiriam a adesão de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul, em troca de redução de incentivos tributários e reformas. Quem não cumprir o prometido, estabelece o texto, será multado e expulso do programa. Acredite quem quiser.

A prática tem sido a complacência. O Rio, por exemplo, não fez sua parte contratual e mesmo assim terá acesso a mais benefícios, incluindo a flexibilização na exigência de privatização da estatal de saneamento, a Cedae.

Há uma segunda modalidade de amparo, o programa de equilíbrio fiscal, que abrange os estados com nota C na classificação do Tesouro Nacional — aqueles com melhores condições de pagamento, apesar de situação financeira frágil. Nes-

ses casos, haveria ajustes de despesas para a obtenção de novos empréstimos com garantia da União.

Para todos os estados, além disso, abre-se a possibilidade de acesso a dinheiro novo com a adesão a critérios contábeis unificados para a despesa de pessoal. Enquanto isso, haveria perdão para os 11 estados — entre 20 que aderiram à regra — que violaram o limite de gastos em 2018 e 2019. Também seria retirada do teto a parcela de despesas em saúde e educação que exceder a inflação.

Fato é que as promessas de ajuste carecem de credibilidade a esta altura. União e estados, com a colaboração do Judiciário, há anos se dedicam a um jogo de empurra que socializa os prejuízos causados por governadores irresponsáveis. É discutível, ademais, se a nova ajuda é necessária. Mesmo com a profunda recessão derivada da pandemia, a receita de vários entes federativos se encontra em alta.

A autonomia federativa sempre apreçoada pelos governos estaduais quando lhes interessa deve ser uma via de duas mãos. Que os governadores resolvam seus próprios problemas de forma autônoma e ativa por meio de reformas politicamente difíceis. Não deveriam precisar da União para isso.



Tradução: democracia é uma fraude

Qual cota é melhor?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Como tiveram gêneses diferentes, as cotas de financiamento de candidaturas de mulheres e negros ficaram com formatos distintos. Criada pelo Congresso Nacional, a cota mínima de candidaturas de cada sexo foi estabelecida em 30%. Depois, a Justiça estipulou que a distribuição das vagas eleitorais deveria obedecer à mesma repartição.

Já a cota para negros nasceu diretamente de uma interpretação do Judiciário, que não fixou números. Apenas determinou que o dinheiro público para as campanhas deveria ser distribuído na mesma proporção das candidaturas.

Qual critério é melhor? O que estabelece uma proporção mínima de candidaturas tem a vantagem de assegurar que as legidas não poderão “roubar” apenas deixando de dar vagas a membros dos grupos sub-representados, mas ele parte de um pressuposto que me parece perigoso, que é o de que todos os partidos são perdidos. A observação pode ser sociologicamente correta, mas está em desacordo com aquilo que a teoria po-

lítica diz que as siglas deveriam ser.

Num mundo ideal, partidos surgiriam como reflexo das diferentes ideias e concepções filosóficas existentes na sociedade e suas plataformas retratariam isso. Algumas legidas, pelas políticas que defendem, atrairiam mais mulheres ou negros, outras menos.

Otimista que sou, gosto de imaginar que um partido bíblico, que sustentasse que o homem é o caput do casal e a esposa deve sempre submeter-se ao marido, não recrutaria uma única mulher para suas fileiras. Pelo critério do número fechado, porém, ele não teria como disputar eleições sem fabricar 30% de candidaturas femininas. Já uma sigla verdadeiramente feminista, que atraísse multidões de mulheres, precisaria lançar ao menos 30% de candidatos homens.

A contradição fundamental aqui é que, quanto mais os partidos se organizam em torno de ideias e plataformas, menos sentida faz sujeitá-los à mesma régua demográfica.

hello@uol.com.br

O túmulo como planque

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro não teve vergonha de admitir que está mais preocupado com ganhos pessoais do que com a vida dos cidadãos. Ao festejar a interrupção dos testes da Coronavac, o presidente subiu um degrau na exploração e acabou do governo em nome de interesses políticos.

Bolsonaro lançou mão de algumas marcas registradas: usou um túmulo como planque, reforçou suspeitas de aparelhamento de um órgão público e surfou na desinformação para buscar uma vitória particular.

Logo pela manhã, o presidente celebrou a decisão da Anvisa de suspender os experimentos da vacina do laboratório chinês Sinovac após o registro de um “evento adverso” com um voluntário. Ele ironizou o desfecho João Dória, patrono político do imunizante, e sentenciou: “Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”.

Aquela altura, coordenadores do Instituto Butantan já diziam que o tal “evento adverso” não tinha relação com a vacina, mas o presidente não se importou. Mais tarde, soube-se que o voluntário havia

morrido por suicídio ou overdose.

O presidente da Anvisa não quis comentar a festa do chefe. Antonio Barra Torres disse que rejeitava insinuações de que o órgão agia para favorecer Bolsonaro. Ele declarou ainda que só tinha “informações incompletas” a respeito da morte, que não indicavam a suspeita de suicídio. Isso não explica por que o presidente mentiu sobre o caso. Ao comentar a interrupção dos testes, Bolsonaro afirmou sem provas que o imunizante provocava danos graves: “Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Dória queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la”.

A decisão de interromper os testes da Coronavac segue padrões éticos desse campo, mas a decisão de explorar a suspensão é política e joga dúvidas sobre o trabalho da Anvisa.

O presidente da agência ainda tentou fingir que Bolsonaro não havia manchado o trabalho do órgão. “Fomos acometidos agora de alguma loucura que fez jogar por terra tudo o que já fizemos até agora?”, perguntou Barra Torres. Não, não foi agora.

O mundo que espere por Bolsonaro

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO O vice-presidente, general Hamilton Mourão, declarou que Jair Bolsonaro irá cumprimentar o presidente eleito americano, Joe Biden, “na hora certa”. Significa que, para Mourão, os líderes mundiais que ignoraram o espreme de mau perdêdor de Donald Trump e reconheceram a vitória de Biden, como os representantes de Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Índia, Iraque, Emirados Árabes, Irã, Egito, Jordânia, Líbano, União Europeia, ONU, OMS, Otan e até nossos vizinhos Argentina, Uruguai e Chile, fizeram isso na hora errada.

Para Mourão, especialista em dizer platitudes ao ser abordado em trânsito entre um gabinete vazio e outro desocupado, Bolsonaro faz bem “esperar que termine esse imbróglia, de discussão, se tem voto falso, se não tem, para dar o posicionamento dele”. Deve imaginar que Biden e os países mais adultos e responsáveis estão esperando sentados, sem respirar, por Bolsonaro. E que, quando ele falar, as relações

entre Brasil e EUA tomarão seu caráter institucional normal, como entre dois países com o mesmo peso.

Mas não é assim, claro, ou Bolsonaro e seus zeros não teriam dedicado os últimos dois anos a abjetos shows de subserviência diante de Trump — que, ao contrário do que eles pensam, não foram recebidos com apreço pelo clown americano, mas com o desprezo devido aos que rastejam diante do nhonhô. Se, como se diz, Trump chama seus próprios seguidores de “otários”, imagine sua opinião sobre Bolsonaro — se é que alguma vez este lhe veio à cabeça fora da agenda oficial.

Além disso, Trump tem mais com o que se preocupar neste momento do que com o apoio de remotos políticos bananeiros. Está consciente de que, assim que for evaporado da Casa Branca, uma chuva de processos o espera na dona Justa.

Recomenda-se a quem achar no lixo o bonê de Eduardo Bolsonaro com os dizeres “Trump 2020” que o deixe lá. Pode ter sido ele que deu azar.

Negro vota em negro?

Nathan Santos

Integrante do Coletivo Clávis Moura e doutorando no Instituto de Economia da Unicamp

Antes de tocar no ponto central deste artigo, faz-se necessário destacar que é preciso conhecer a história para que as tragédias não se repitam como farsas.

O debate da representatividade negra na política foi alimentado pela eleição de Kamala Harris à Vice-Presidência nos EUA. Tal questão já ecoava no Brasil, muito com a instituição de cotas nos fundos eleitorais para candidatos pretos e pardos. Enquanto se aguarda o desenlace da ameaça de judicialização do pleito, vemos uma comemoração que destaca o simbolismo da eleição da primeira mulher negra ao cargo.

Engrossando o coro que questiona uma mudança efetiva entre Trump e Biden — principalmente na política externa —, a atuação de Harris foi posta em xeque.

Conhecida pela defesa da “3 strikes”, lei que aumenta a chance de prisão perpétua e tem impacto desproporcional na população racializada, sua atuação como procuradora na Califórnia viu aumentar o número de condenações. Também realizou uma ação contra a evasão escolar que prendia pais de alunos pouco assíduos. O punitivismo a que ela parece aderir — mas que por certo não inaugurou — tem endereço conhecido na população negra.

A chapa que acenou aos eleitores racializados e às mulheres foi eleita, mas vale lembrar que o movimento Black Lives Matter, que voltou forte neste ano, surgiu no mandato de Obama.

Lá em setembro de 1982, Lélia Gonzalez foi assertiva ao tratar dessa questão numa entrevista ao jornal Mulherio. Quando questionada sobre o slogan “mulher vota em mulher”, prontamente respondeu que ele era tão vazio quanto o “negro vota em negro”.

A historiadora, geógrafa e filósofa — a intérprete do Brasil — destacou que há mulheres e negros que “fazem o jogo” da classe dominante, buscando reproduzir esses privilégios e mesmo participar deles. Lélia ainda enfatizou os movimentos de “voto racial” e “voto feminista”, o primeiro proposto pelo Movimento Negro Unificado, nas eleições de 1978, e o segundo, nas eleições de 1982.

Quanto ao voto racial, são duas as lições que Lélia deixou. A primeira é que não podemos renunciar às reivindicações da comunidade negra ao escolher o voto. Uma das pautas negociáveis é o combate à violência policial e ao viés racista e misógino da Justiça.

A segunda é que são muitos os candidatos “progressistas” que usam de demagogia eleitoral, mas não estão comprometidos com um programa antirracista.

Essa breve visita ao passado nos faz enxergar um caminho com mais nitidez. Ouvir a Lélia de ontem nos ajuda a construir hoje uma sociedade mais justa.

Antonio Delfim Netto
O colunista está em férias

Empresários relatam dificuldade para pagar o 13º salário neste ano

Em SP, 6 em cada 10 pequenas e médias indústrias apontam situação complicada para quitar o abono natalino



Humberto Gonçalves, sócio da TecStam, fábrica de parafusos, que decidiu antecipar o 13º para evitar concentração de despesas em novembro e dezembro

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A crise econômica deflagrada pela pandemia do novo coronavírus agora é uma ameaça para o pagamento do 13º, especialmente entre pequenas e médias empresas.

Pesquisa já contabiliza o tamanho do problema em São Paulo. Entre as pequenas e médias indústrias do estado, 6 em cada 10 projetam que terão dificuldades com o pagamento do 13º salário de seus funcionários, e, na comparação com o ano passado, mais da metade diz que a situação está mais complicada agora.

Entidades de outros setores, que não chegaram a fazer sondagem sobre o tema, recebem relatos de pequenos negócios com o mesmo problema.

Segundo boletim de tendências do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo), elaborado pelo Datafolha para monitorar os impactos da pandemia sobre os negócios, 24% dos empresários desse segmento declaram que será muito difícil pagar o abono de Natal.

O índice chega a 30% entre as pequenas indústrias e é de 33% na região metropolitana de São Paulo. Em relação ao fim de 2019, somente 11% disseram estar agora em situação melhor quanto às condições para o pagamento do abono. Para 36%, segue tudo igual.

Para o presidente do Simpi, Joseph Couri, a chegada ao fim de ano com problemas de caixa para pagar uma despesa previsível, como é o 13º salário, é resultado de uma combinação de fatores próprios dos desequilíbrios acentuados pela pandemia.

"Primeiro, temos falta de dinheiro mesmo, pois o nível de acesso a crédito está muito baixo. Segundo, muitas empresas, sejam fornecedores ou clientes, faliram, fecharam ou estão em crise grave, o que resultou em uma quebra na cadeia de produção", diz Couri.

Entidades que representam empresas menores têm recebido relatos sobre dificuldades para fechar as contas de final de ano.

"A percepção é que muita gente vai ter dificuldade", diz Tito Bessa Júnior, presidente da Ablos (Associação Brasileira de Lojistas Satélites), que reúne pequenos lojistas.

A esperança, diz ele, é que as medidas que suspenderam jornada e salário e, por conseguinte, reduzem a despesa com o 13º possa dar alívio para alguns.

"Os lojistas estão em dificuldades financeiras, foram muitos meses fechados, tem gente com dificuldade até pa-

ra pagar salário — a engrenagem quebrou", diz Aldo Macri, presidente do Sindlojas (Sindicato de Lojistas do Comércio de São Paulo), que representa 30 mil lojistas, especialmente do ramo de vestuário.

Segundo Percival Maricato, presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), pagar o 13º é um dos tantos problemas que os empresários do setor quebram a cabeça para resolver. "Os empresários dizem que vão ter dificuldades para pagar não apenas o 13º mas todas as contas", diz Maricato. "Mais da metade dos estabelecimentos não fatura nem 40% do resultado pré-pandemia, e donos dos locais, que concederam desconto, agora pressionam para voltar o valor do original do aluguel." Segundo a entidade, há 1 milhão de bares e restaurantes no país.

São duas as leis que tratam do 13º — uma cria a gratificação natalina, e a outra define regras para o pagamento. Essa última prevê que a data-limite é sempre o dia 20 de dezembro. Entre fevereiro e novembro, o empregador pode antecipar os valores.

Quem percebeu o problema lá atrás tentou contorná-lo antecipando a despesa, por exemplo. Uma forjaria da Mooca, na zona leste da capital paulista, decidiu pela antecipação do pagamento do abono, para evitar que a despesa ficasse concentrada nos meses de novembro ou dezembro.

"No começo [da pandemia] ficou claro que não seria uma coisa que passaria tão rápido, e vimos que não íamos conseguir se deixássemos para o fim do ano", diz Humberto Gonçalves, sócio da TecStam, fábrica de parafusos, porcas e outros elementos de fixação. "A ideia foi bem aceita pelo pessoal da fábrica, então começamos a pagar em julho."

Segundo o empresário,

“Primeiro, temos falta de dinheiro mesmo, pois o nível de acesso a crédito está muito baixo. Segundo, muitas empresas faliram, fecharam ou estão em crise grave, o que resultou em uma quebra na cadeia de produção”

Joseph Couri
presidente do Simpi

obras de infraestrutura garantiram que a forjaria mantivesse bom ritmo de trabalho, evitando demissões.

O professor de direito do trabalho da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) Ricardo Calcini diz que o parcelamento do abono é possível, mas não é obrigatório. Pode, por exemplo, ser previsto em acordo coletivo e, segundo ele, é comum em prédios e condomínios.

O atraso nesse pagamento, por outro lado, pode colocar a empresa em situação mais delicada, pois configura falta grave ante a legislação trabalhista. O funcionário pode pedir rescisão indireta do contrato e cobrar indenização, por exemplo.

Entre as micro e pequenas indústrias de São Paulo, 25% declararam na pesquisa que vem o risco de atrasar esse pagamento. O percentual chega a 30% entre as menores. Segundo o Simpi, são 290 mil micro e pequenas indústrias no estado de São Paulo, que empregam cerca de 1,9 milhão de pessoas.

O boletim do Simpi vem monitorando semanalmente pequenas e microindústrias no estado de São Paulo. Na semana encerrada em 30 de outubro, 38% disseram que o capital de giro estava insuficiente. Um pouco mais da metade (53%) afirmou que o caixa estava empatando — tinha exatamente o necessário para manter o negócio.

"Quase 80% das empresas não têm acesso a crédito. Como então elas sobreviveram? Usando o cheque especial como capital de giro", diz o presidente do sindicato do setor.

Segundo a pesquisa, 27% das indústrias usaram cheque especial em setembro para honrar compromissos. Na região metropolitana de São Paulo, o índice chegou a 34%.

O presidente do Simpi lembra ainda que a indústria vem sofrendo com alto custo (87% das empresas), atraso (68%) e falta (70%) de matéria-prima nos fornecedores.

O desarranjo das cadeias produtivas agrava o cenário financeiro. O comércio de acessórios automotivos de Cleber Oliveira Messias é uma demonstração disso. "O mercado até reagiu, mas agora estamos com problema com matéria-prima não tem quem produza. Poderia ser o melhor mês, mas não vai chegar", diz.

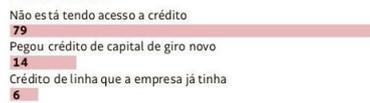
Para garantir capital de giro e o dinheiro necessário ao 13º dos oito funcionários, Messias tomou há alguns meses um empréstimo com a Desenvolve SP, a agência de desenvolvimento ligada ao go-

Pagamento de 13º nas médias e pequenas indústrias em São Paulo



Acesso a crédito na crise

De 20 a 30 de outubro



Fonte: Simpi/Datafolha

verno de São Paulo.

"Nossa cultura é a de todo mês separar um valor para o 13º, mas, com a pandemia, não teve outro jeito, pegamos o empréstimo", afirma o empresário. "A pessoa não vai deixar de comer para comprar um acessório para o carro durante a pandemia."

O Sebrae-SP não monitora a situação econômica das empresas que atende, mas o consultor Felipe Chiconato diz que a orientação é que 1/12 do valor do 13º seja incluído como custo mensal.

"Neste ano, com a economia conturbada, vai ser ainda mais difícil para quem não fez o provisionamento. As empresas estão sentindo a pressão de faturar o dobro para a conta fechar".

Para ele, que atua orientando a estratégia dos empreendedores, um empréstimo pode até ser uma solução para quem está apertado, mas faz um alerta: "O empresário vai ganhar tempo, mas, se não mudar a maneira como toca o negócio, só acabará com uma dívida a mais".

No Bradesco, cresceu a busca pela linha "capital de giro 13º". A demanda já é 19% maior, em valores, do que a registrada em 2019. Segundo o banco, essa opção financia a folha de pagamento e outras despesas de fim de ano, como cobertura de gastos com temporários e gratificações.

Há 46 prédios com coberturas à venda em Alto de Pinheiros.

Você deseja, nós encontramos
Consulte a Bossa Nova Sotheby's

Only

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | CAMPO | PRAIA | INTERNACIONAL
SP: 11 3061 0000 RJ: 21 3500 0370 bnsir.com.br

Bossa Nova Sotheby's INTERNATIONAL REALTY

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Anticorpo

Os novos desdobramentos na Anvisa da guerra travada entre o governo federal e o de São Paulo por causa da vacina contra a Covid-19 nos últimos dias começam a preocupar a indústria farmacêutica, que vem acompanhando o imbróglio de longe. A avaliação entre executivos do setor é a de que a agência está funcionando, mas já se receia o risco de o caso escalar ainda mais, podendo travar outras atividades e discussões do mercado dentro do órgão.

BULA "Em matéria de ciência não há que se fazer politização. Na área farmacêutica, quem tem de dar sempre a última palavra são os órgãos reguladores", diz Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma (associação do setor).

PASSAPORTE A B3 bateu nesta segunda-feira (9) o recorde de 41.500 transações em um único dia de negociações dos BDRs (Brazilian Depositary Receipts), os recibos de ações de empresas estrangeiras.

TOPO O patamar anterior mais alto foi de 31.522, no dia 22 de outubro, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) liberou esse tipo de ativo para o investidor pessoa física em geral. Antes da liberação ao varejo, a média diária deste ano era de 1.400 transações.

MOEDA Em volume financeiro, os BDRs atingiram R\$ 447,8 milhões nesta segunda, sendo que a média diária do ano antes da liberação era de R\$ 84 milhões, segundo a B3. A maior procura permanece em nomes como Tesla, Apple, MercadoLibre, Alibaba, Amazon, Alphabet, Facebook, Microsoft e Walt Disney.

CAIXA Nem só de lucro vivem os banqueiros. A O.E. Setubal, uma holding não operacional da família Setubal, divulgou nesta semana que, além de divulgar nestas semanas que um prejuízo de R\$ 250 mil de 2019 será absorvido pelo grupo de acionistas, que inclui nomes como Roberto Setubal e Maria Alice Setubal. Fundada em 1956, a empresa carregava iniciais de Olavo Egydio Setubal.

AZEITONA Após o McDonald's anunciar nesta segunda-feira (9) seu plano de lançar uma linha própria de hambúrguer vegetal, a Pizza Hut aderiu à moda vegana, que vem ganhando as grandes redes. A pizzaria anunciou nesta terça-feira (10) o lançamento de duas receitas com linguça vegana da Beyond Meat nos EUA.

MENU Algumas unidades da marca em Londres também terão os novos sabores. O KFC, outra bandeira do grupo Yum, dono das pizzarias, já tinha feito parceria com a Beyond Meat para vender um frango frito feito com proteína vegetal na Califórnia, em julho.

CADEIRA A Gomes da Costa deve anunciar nos próximos dias que vai trocar de presidente, levando uma mulher ao posto pela primeira vez na história da empresa de pescados.

MAPA Andrea Napolitano assume a presidência do Grupo Calvo na América Latina, no lugar de Enrique Orge, que passa a chefiar a divisão europeia da empresa. A executiva fez carreira no mercado de bens de consumo, com passagens por companhias como Unilever, Pepsico e BRE.

CURRÍCULO A Avon lançou nesta terça-feira (10) o planejamento da empresa para impulsionar a participação de profissionais negros na equipe e nos cargos de liderança.

DIVERSIDADE Chamado de compromisso antirracista, o programa definiu uma meta de contratação de 50% de pessoas negras. E nas áreas da companhia em que a representatividade for menor, será obrigatório ter, no mínimo, um candidato negro entre os finalistas dos processos seletivos para as lideranças.

ESPELHO Para mulheres, até 2030, o objetivo é chegar a 30% de trabalhadoras negras ocupando cargos de chefia. Pelo programa, que também pretende investir na diversidade das linhas de produtos, a Avon vai lançar neste mês novos itens para mais tons de pele.

PLATAFORMA A United Airlines vai voltar a operar no aeroporto JFK, em Nova York, após cinco anos de ausência. A partir de fevereiro, a empresa vai retomar quatro viagens diárias no aeroporto para Los Angeles e San Francisco.

CHECK-IN Segundo a United Airlines, a medida deve ajudar a administrar os prejuízos causados pela crise do coronavírus. A companhia aérea deixou o JFK em outubro de 2015, em meio a intensa competição e dificuldade de lucrar com os voos no aeroporto.

PARAFUSO A rede de materiais de construção Leroy Merlin vai abrir sua primeira loja de bairro em SP, com apenas 6.500 produtos, um formato reduzido em relação aos 80 mil itens das unidades padrão.

Auxílio emergencial pode voltar se houver nova onda de Covid, diz Guedes

'Digitalizamos 64 milhões de brasileiros, sabemos onde estão', afirma ministro, para quem gastos seriam menores que em 2020

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu nesta terça-feira (10) que o auxílio emergencial pode voltar a ser pago à população no ano que vem, mas apenas caso o país seja atingido por uma nova onda do coronavírus.

As declarações foram dadas em resposta a uma pergunta sobre o auxílio emergencial e sua possível continuidade no ano que vem. "Deixamos bem claro para todo o mundo: se houver uma segunda onda no Brasil, temos já os mecanismos. Digitalizamos 64 milhões de brasileiros. Sabemos quem são, onde estão e o que eles precisam para sobreviver", disse, em teleconferência com a agência Bloomberg.

É por meio da digitalização e os recursos do auxílio emergencial estão sendo pagos à população, via contas virtuais da Caixa.

O ministro proseguiu dizendo que os gastos ligados à Covid, que representam mais de 8% do PIB, ficarão em patamares menores no caso de um novo crescimento da contaminação.

"Se uma segunda onda nos atingir, aí iremos aumentar mais [os gastos]. Em vez de 8% do PIB, provavelmente [usaremos] desta vez metade disso. Porque podemos reduzir os excessos e certamente usar valores menores."

Guedes continuou sua fala dizendo que o auxílio emergencial, hoje a principal medida da crise ao demandar R\$ 322 bilhões, foi desenhado no início com um valor menor justamente para ser pago por um período maior, mas que a classe política mudou os números.

O ministro planejava que R\$ 200 fossem pagos à população, mas o Congresso demandou R\$ 500, e o presidente Jair Bolsonaro aumentou para R\$ 600, com objetivo de ficar com a paternidade do valor. Após cinco meses, o valor caiu para R\$ 300.

Segundo ele, mais gastos seriam feitos só no caso de a Covid

FIM DE ACORDO DE ACIONISTAS PODE PULVERIZAR CAPITAL DA VALE
A partir desta terça (10), a Vale deixou de ter um bloco de controle obrigatório e ficou mais próxima de se tornar uma corporação plena, ou seja, uma companhia desvinculada de seus acionistas. Expirou o acordo de acionistas entre Itel e Litel — que reúne fundos de pensão estatais —, Bradespar (braço do Bradesco), Mitsui (conglomerado japonês) e BNDESPar (braço do BNDES). Agora, essas empresas podem vender os 20,6% de suas participações que estavam bloqueados. No total, as ações dessas empresas somam 25,81% do capital da Vale. O objetivo é reduzir os riscos de ingerência política na gestão — o governo pode exercer influência via fundos de pensão e BNDESPar.

demandar, e isso é totalmente diferente de usar a contaminação já em declínio como uma justificativa para gastos. "O que definitivamente não faremos é usar uma doença que nos deixou como desculpa para fazer movimentos políticos irresponsáveis", disse. Guedes voltou a afirmar que o Brasil vai "dançar" com todos os países mesmo "se confirmada" a eleição de Joe Biden e que não haverá problema com a vitória do democrata.

É frustrante não ter privatizado nada em 2 anos, afirma ministro

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça (10) que se sente frustrado pelo fato de o atual governo estar há dois anos no poder sem vender estatais. Ele afirmou que a atual gestão foi eleita com o discurso das vendas, mas que acordos políticos impedem o avanço da agenda e que é preciso cumprir o prometido durante a campanha.

"Estou bastante frustrado [com o fato] de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido vender nenhuma estatal. É bastante frustrante", disse em evento sobre desestatização promovido pela Controladoria-Geral da União.

Guedes lembrou que Salim Mattar, ex-secretário especial de Desestatização, saiu do cargo após constatar que seu trabalho não renderia resultados expressivos dada a pouca disposição de agentes políticos em vender as empresas.

"Entrou outro com muita determinação e mais juventude. Quem sabe ele aguenta o tranco e vai conseguir entregar mais", afirmou Guedes em referência ao substituto de Mattar, Diogo Mac Cord. "Ele só tem que fazer um gol para ganhar. Porque no outro ficou zero, não fizemos nada. Isso é lamentável", disse o ministro.

Guedes disse que acordos políticos no Congresso têm barrado as vendas e falou em

tom de cobrança do próprio governo. "Essa missão está acima da política partidária, que inclusive impediu que nós avançássemos [com] acordos políticos impedindo as privatizações. E o governo liberal-democrata que foi eleito e que falou o tempo inteiro que ia privatizar, aí tem acordo político de repente na Câmara e no Senado que não deixa privatizar. Que história é essa?", disse.

"Precisamos recompor nosso ciclo político para conseguir fazer as privatizações prometidas durante a campanha."

Em outro evento pela manhã, o ministro afirmou que a ordem das próximas privatizações seria Correios, Eletrobras e porto de Santos, e que o processo pode ser concluído até o fim de 2021.

Ele disse que as propostas serão apresentadas ao Congresso em 30 a 60 dias, mas que não gosta mais de falar em datas porque as pessoas dizem que ele não entende. "Continuamos entregando, mas que acordos políticos impedem o avanço da agenda e que é preciso cumprir o prometido durante a campanha."

Apesar da falta de avanço nas privatizações de empresas inteiras, têm avançado as vendas de subsidiárias de estatais. Exemplo disso é a BR Distribuidora, que teve seu controle vendido em 2019 e, por isso, já não é mais uma estatal.

O ministro repetiu que sua intenção ao vender ativos estatais como empresas e imóveis é levantar recursos para reduzir a dívida pública e diminuir o montante pago em juros. Com isso, afirmou, mais dinheiro sobriaria para políticas públicas como em segurança.

O ministro lamentou o fato de o Brasil gastar bilhões em rolagem da dívida todo ano, mas ressaltou que o país pode sofrer com hiperinflação caso não faça isso.

"O país gastando US\$ 120 bilhões por ano só para manter o financiador da dívida dessegado. Senão, há o perigo de uma combustão instantânea. O país pode ir para a hiperinflação muito rápido se não rolar a dívida satisfatoriamente", afirmou.

Ministro ensaia tom otimista sobre a economia, mas dados enfraquecem discurso

BRASÍLIA Paulo Guedes demonstrou nesta terça (10) um tom otimista ao falar sobre a situação do país e o cenário pós-Covid. Ele disse que a perda de empregos não foi tão forte como em anos anteriores e celebrou a queda dos juros.

O tom agrado a investidores que participaram de uma teleconferência do ministro com a agência Bloomberg, mas também foi alvo de críticas. Dados e o próprio histórico do governo na agenda econômica enfraquecem o discurso do ministro.

Sobre a situação do desemprego, por exemplo, Guedes afirmou que o país está em situação melhor do que o observado no fim do governo Dilma e no início do de Temer. "Perdemos menos empregos neste ano do que na recessão de 2015. E perdemos menos neste ano, com toda essa pandemia, do que em 2016", disse.

Pelos dados do Caged, que mede apenas o emprego formal, o ministro acerta. Em 2015, foram 729 mil empregos perdidos até setembro.

“Perdemos menos empregos neste ano do que na recessão de 2015. E perdemos menos neste ano, com toda essa pandemia, do que em 2016”

Paulo Guedes ministro da Economia

Em 2016, houve uma perda de 683 mil postos no mesmo período. Neste ano, o número está negativo em 558 mil. Mas os dados do IBGE, que são mais amplos por englobarem também o mercado informal, mostram que a situação está pior em 2020.

A taxa de desocupação no Brasil foi de 13,8%, no trimestre encerrado em julho. Em 2016, foi de 11,3% em julho e 12% outubro. Em 2015, foi de 8,3% e 9%, respectivamente.

Como o IBGE interpreta como desocupadas só as pessoas sem trabalho que estão procurando emprego, a taxa pode ter indicado nos últimos meses uma situação do mercado melhor que a real. Isso porque, com a pandemia e atividades fechadas, muitas pessoas pararam de procurar emprego.

Sobre política externa, Guedes disse que a China estatal está em declínio. "O fenômeno chinês é de mercado. É um regime politicamente fechado, que, para sobreviver, mergulhou sua população nos mer-

cados globais e deixou crescer uma China de economia de mercado dentro da China estatal. A China estatal está em declínio, as empresas estão cada vez mais frágeis, com déficits enormes, com pouca capacidade de adaptação", afirmou.

Marcos Cararamuri, ex-embaixador do Brasil na China e sócio da Kemu (consultoria em negócios com a China), afirma que não vê elementos para uma afirmação tão direta sobre as empresas estatais do país asiático.

"Não me consta isso. Claro, existe uma ingerência nas estatais em geral no mundo inteiro. Mas daí dizer que as empresas estão em declínio, eu não iria tão longe. Não as vejo fora do jogo econômico." Ao fazer um balanço da atual gestão, Guedes também citou itens como a reforma da Previdência e a queda dos juros. O corte da taxa básica, no entanto, foi parte de um movimento global ocorrido em meio à queda da atividade durante a pandemia. FP

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência outubro*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de outubro vence em 20.nov para empresas; para pessoas físicas, vence em 16.nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04 a 713,09
Empregador	20%	230,50 a 1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 8.nov. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico (0,75% a multa para a demissão e o seguro contra acidentes). A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Rio quer alterações em projeto que muda socorro a Estados

Exclusão dos investimentos do teto de gastos previsto na proposta é um dos desejos do governo fluminense

Por Rodrigo Carro e Alessandra Saraiva — Do Rio

11/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A reestruturação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) por meio do Projeto de Lei Complementar nº 101 é vista pelo governo fluminense como alternativa viável ao formato atual do acordo de socorro financeiro assinado em 2017, mas o Estado do Rio pleiteia a exclusão dos investimentos do teto de gastos previsto na proposta. Secretário de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês defende ainda que os Estados possam abater parte da dívida com a União como contrapartida à realização de reformas estruturais relevantes.

“Os Estados que fizerem reformas significativas, talvez até apertando um pouco mais no primeiro ano do plano [de recuperação fiscal] poderiam ter abatimento do estoque da dívida de forma que o fluxo melhore para frente”, propõe o secretário.

Sem o PLP nº 101, o serviço da dívida do Estado do Rio experimentará subida abrupta nos próximos três anos, segundo estimativa da Fazenda fluminense. Entre 2023 e 2026, ficaria acima do patamar de R\$ 30 bilhões ao ano. A partir daí iniciaria trajetória de queda, mas com pagamentos ainda acima de R\$ 20 bilhões em 2027 e 2028 e da ordem de R\$ 17 bilhões em 2029. De 2030 em diante ficaria abaixo de R\$ 3 bilhões anuais.

Com a aprovação do projeto de lei complementar que tramita na Câmara dos Deputados, a elevação no serviço da dívida se daria de forma gradual até 2032, quando chegaria num patamar próximo de R\$ 15 bilhões por ano. Daí para frente, os desembolsos cresceriam num ritmo mais lento, ficando sempre abaixo de R\$ 20 bilhões.

Ao fim de agosto, a dívida consolidada líquida (DCL) do Estado do Rio somava R\$ 183,37 bilhões. O montante representa 317,38% da receita corrente líquida fluminense, acima portanto do limite de 200% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O ritmo de expansão da dívida com a União nos últimos anos está diretamente relacionado à suspensão dos pagamentos desde setembro de 2017, início da vigência do RRF.

Para além da questão do endividamento, Mercês conta que sugeriu ao relator do PLP nº 101 - deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) - a exclusão dos investimento da limitação imposta pelo teto de gastos. “Se estamos pensando em equilíbrio fiscal de longo prazo, precisamos ver a economia voltar a crescer. E só vamos conseguir fazer isso com investimentos”, justificou o secretário estadual de Fazenda. “Quando o investimento está na conta, todas as pressões por aumento de gasto são acomodadas com corte de investimento. Isso acaba virando um ciclo perverso para o crescimento econômico.”

Autor do PLP nº 101, o deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ) considera inviável deixar os investimentos públicos fora do teto de gastos. O parlamentar lembra que a proposta do projeto de lei complementar já prevê a exclusão das despesas com saúde e educação e das emendas parlamentares do teto.

Pedro Paulo acrescenta ainda que o PLP nº 101 incluirá “algum espaço fiscal” para os Estados que aderirem ao novo Regime de Recuperação Fiscal, abrindo a possibilidade de outras formas de financiamento. “É uma flexibilização, porém, dentro do teto”, ressalta. A expectativa do deputado, com base em conversas com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é que o projeto seja votado na casa após as eleições municipais.

Mauro Benevides Filho é favorável à manutenção da regra atual, estipulada na Lei Complementar nº 156, que limita a despesa primária corrente, ou seja, não computa os investimentos no teto de gastos. Segundo o parlamentar, a Secretaria do Tesouro Nacional defende a mudança para o critério de despesa primária via PLP nº 101. “No momento estou em negociação”, diz. Para Benevides, a alteração seria nociva, pois reduziria o investimento público e permitiria o aumento do gasto com pessoal.

Ontem, o governador em exercício do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PSC), disse que “não é impossível” o adiamento de pagamento por um ano de empréstimo do Estado de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões junto ao banco BNP Paribas. O crédito, cuja quitação está prevista para dezembro, teve como garantia a estatal fluminense Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), com União como fiadora. “A instituição informa que, devido às regras do sigilo bancário vigente, não pode comentar sobre financiamentos de clientes”, disse o banco francês em nota.

Na prática, o político não vê como possibilidade de o governo federal tomar controle da Cedae, caso o Estado fluminense não quite ou estenda prazo da dívida com o BNP. “Temos certeza de que esse assunto não vai ficar: simplesmente o governo federal vem aqui e tomar a Cedae. Não é interesse deles fazer isso”, ressaltou Castro em entrevista ao telejornal “Bom dia Rio”, da TV Globo. “É o interesse deles fazer o diálogo com o governo do Estado e fazer a melhor solução possível. Não é interesse de ninguém quebrar o Rio.”

Guedes diz não ver problema na relação com eleito nos EUA

Ministro da Economia afirma que votos dão respeito às opiniões tanto de Biden quanto de Bolsonaro

Por **Estevão Taiar** e **Lu Aiko Otta** — De São Paulo e Brasília

11/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, rompeu ontem o silêncio dominante até então no governo e se pronunciou pela primeira vez a respeito da vitória do presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden.

“Se o Biden teve um pouco mais de 70 milhões, nosso presidente teve 60 milhões. O que significa que as opiniões dele [Bolsonaro] devem ser respeitadas, da mesma maneira que os pontos de vista do Biden, se ele eventualmente for confirmado, devem ser respeitados também. Não acho que em um nível geral teremos algum problema”, disse o ministro. “Não é uma personalidade aqui ou uma personalidade lá que deve afetar esse relacionamento de democracias liberais”, acrescentou. “Se eu gosto do Trump ou desgosto de outra pessoa, tanto faz. Nós entendemos a democracia.”

Até então, apenas o vice-presidente Hamilton Mourão também havia feito comentários públicos a respeito do assunto.

O Ministério das Relações Exteriores vinha evitando comentar o desfecho da eleição americana, que ainda é contestado pelo presidente Donald Trump. O próprio presidente Jair Bolsonaro estava ignorando o assunto até ontem.

Durante o evento “Bloomberg Emerging + Frontier Forum 2020 Digital Series: 3rd Edition”, Guedes ainda afirmou que o Brasil precisa “de ajuda para preservar de maneira correta” a Amazônia, citando o tráfico de armas e drogas e a mineração ilegal. No entanto, afirmou que há “muita narrativa política” a respeito da região, já que o atual governo assumiu no ano passado e, portanto, não pode ser responsabilizado por números historicamente altos de desmatamento.

O ministro da Economia também indicou que os gastos extraordinários do Brasil com uma eventual segunda onda da pandemia podem ficar na casa dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Guedes afirmou que os números da covid-19 estão “colapsando” no país, mas disse que eventuais novas despesas públicas causadas pela pandemia atingiriam metade dos 8% do PIB gastos até agora.

“Em vez de 8%, desta vez seria algo como metade disso. Podemos filtrar os excessos. Certamente usaremos auxílios menores”, afirmou ontem no evento. Nesse caso, não haveria problema em gastar ao todo, de maneira extraordinária, 12% do PIB, segundo o ministro.

Mais do Valor **Econômico**



Neoenergia antecipa em três meses início das obras de complexo eólico na Bahia

Mais de 95% da energia do empreendimento será direcionada à comercialização no mercado livre de energia

11/11/2020 10:26 — Em Empresas

Estados podem perder R\$ 9,8 bi se STF julgar cobrança no ICMS inconstitucional

Valor foi informado pelo Comsefaz ao presidente da Corte; caso está na pauta desta quarta

Biden quer acelerar pacote de estímulo, mas será difícil

Não está claro ainda se republicanos vão colaborar com o democrata. Partido de Trump está apoiando o presidente na constestação das eleições na Justiça

Por James Politi — Financial Times, de Washington

11/11/2020 05h01 - Atualizado há 5 horas

Joe Biden quer um acordo rápido no Congresso dos EUA para aprovar novos estímulos fiscais, numa tentativa de impulsionar a recuperação americana antes de assumir a Presidência, em janeiro.

A plataforma do presidente eleito na disputa contra Donald Trump incluía várias medidas de incentivo de curto prazo à maior economia do mundo, entre as quais auxílio aos governos locais e estaduais e um reforço nos benefícios aos desempregados.

A premência desses auxílios aumentou nas últimas semanas, diante do forte crescimento nos casos de covid-19 e da decisão de algumas autoridades locais de começar a endurecer restrições relacionadas à crise de saúde.

Embora a taxa de desemprego nos EUA continue em queda, recuou a 6,9% em outubro, o ritmo de criação de empregos desacelerou. Isso levou alguns economistas a alertar para o risco de se ficar à espera de que Biden entre na Casa Branca para aprovar os estímulos.

“O presidente eleito Biden acredita que precisamos unir nosso país, independentemente de nossas diferenças políticas, para levar auxílio econômico às famílias assalariadas em dificuldades com a perda de trabalho e de salário”, afirmou Jamal Brown, porta-voz de Biden, ao “FT”.

“Biden acredita que republicanos e democratas precisam se unir e adotar medidas de auxílio imediato à população americana. Se o Congresso não agir logo, ele começará a trabalhar para aprovar o auxílio quando for empossado.”

O apelo por um rápido acordo representa um teste para a capacidade de Biden de obter concessões do Congresso, onde trabalhou a maior parte de sua carreira política, como senador. Durante a campanha, Biden disse diversas vezes que as medidas fiscais de US\$ 3 trilhões adotadas no início da pandemia foram insuficientes e criticou Trump por não guiar o Congresso na direção de um novo acordo.

Mas não está claro até que ponto Biden e seus assessores serão capazes de materializar uma negociação por estímulos nas próximas semanas. O presidente eleito ainda não tem papel formal para legislar, e autoridades republicanas, como Trump e Mitch McConnell, o líder da maioria no Senado, estão contestando o resultado da eleição. Um assessor parlamentar democrata disse que, no mínimo, espera ver a equipe econômica de Biden “estendendo a mão” para discutir a negociação por novos estímulos.

A negociação de um novo pacote de estímulos no valor de US\$ 2 trilhões entre a presidente democrata da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, e o secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, não deram resultado antes da eleição. Trump tem sido dúbio quanto ao seu desejo de um acordo.

Depois do bom desempenho nas eleições legislativas dos candidatos republicanos ao Senado, propensos a uma linha mais dura nos gastos, acredita-se que o valor de qualquer pacote fiscal antes do fim do ano caia para algo entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão.

Mas alguns analistas dizem que isso pode ser suficiente para Biden ou os democratas na Câmara, já que os incentivos econômicos para o presidente eleito seriam fortes e um acordo por um valor menor não deve impedir a aprovação de mais estímulos em 2021.

“O último pacote fiscal foi meses atrás. [Biden] quer ter vento favorável, não vento contrário, em 20 de janeiro”, disse Chris Krueger, analista de políticas econômicas no Cowen Washington Research Group, referindo-se à posse.

A dificuldade com os estímulos pode ser um prenúncio da complicada dinâmica política que Biden terá pela frente na condução de sua política econômica.

A menos que os democratas vençam as duas vagas ao Senado na Geórgia em janeiro, os republicanos manterão a maioria e restringirão significativamente a capacidade de Biden de levar adiante a sua agenda econômica. Além dos estímulos de curto prazo, ela inclui amplos investimentos em áreas públicas, como infraestrutura, energia verde e assistência à infância, financiados por aumentos nos impostos sobre as empresas e os americanos de alta renda.

Uma possível área de concessões mútuas poderia ser a infraestrutura, que agrada aos dois partidos, mas na qual Trump não conseguiu obter um acordo.

Grupos empresariais vêm apelando a Biden e ao Congresso para direcionar o foco exclusivamente a isso. “Acreditamos que a primeira ordem do dia no novo Congresso e no novo governo é um programa amplo de infraestrutura, que aborde não apenas os aspectos tradicionais de estradas, pontes, trânsito, mas que lide com a falta de conectividade de banda larga em todo o país, que ajude a dar resistência a nossa infraestrutura para combater as mudanças climáticas e ajude essas comunidades [...] mal atendidas em investimentos passados”, disse Neil Bradley, diretor de diretrizes políticas na Câmara de Comércio dos EUA.

Se Biden enfrentar uma resistência muito grande à sua agenda econômica no Congresso, ele poderá ter que se valer de decretos e regulamentações executivas para colocar em vigor seus planos em áreas que vão desde a tributação internacional a empréstimos estudantis.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Mais do Valor Econômico

Mourão admite politização de vacinas contra covid-19: "Isso não é bom"

11/11/2020 10:36 — Em Política



Varejo tem setembro maior nível de vendas da série histórica, aponta IBGE

Setor recuperou-se da crise decorrente da pandemia com uma combinação de crédito e auxílio emergencial pago pelo governo, entre outros fatores

11/11/2020 10:31 — Em Brasil



Neoenergia antecipa em três meses início das obras de complexo eólico na Bahia

Mais de 95% da energia do empreendimento será direcionada à comercialização no mercado livre de energia

11/11/2020 10:26 — Em Empresas



Estados podem perder R\$ 9,8 bi se STF julgar cobrança no ICMS inconstitucional

Valor foi informado pelo Comsefaz ao presidente da Corte; caso está na pauta desta quarta

11/11/2020 10:23 — Em Brasil

Pacote dá alívio aos Estados, mas ajuste precisa ser feito

O projeto ambiciona contemplar os diferentes tipos de situação fiscal

11/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em plena crise da pandemia e agudo aperto fiscal, os Estados acumularam disponibilidade consolidada de caixa de R\$ 165,8 bilhões em setembro, o maior patamar da história. Houve um aumento de 77,7% no segundo quadrimestre em comparação com o mesmo período do ano passado. O volume respeitável levou uma das responsáveis pela administração do Tesouro a comentar em tom de brincadeira que a situação dos Estados era melhor do que a do governo federal e que iria pedir dinheiro emprestado aos governadores.

A disponibilidade de caixa nesses volumes é uma situação incomum nos Estados. É consequência dos repasses de recursos federais do pacote de ajuda elaborado para mitigar o efeito da pandemia e também de alguma recuperação da arrecadação, com a flexibilidade do isolamento e o início da retomada da atividade econômica.

As contas da maioria dos Estados vinham melhorando nos últimos dois anos. O superávit primário consolidado fechou 2019 em 0,22% do Produto Interno Bruto (PIB), o melhor resultado desde 2014. Mas as despesas com pessoal e com juros seguiam acelerando, do mesmo modo que a queda dos investimentos. Estados e Tesouro discutiam um novo plano de renegociação de dívidas e ajuste, o Plano Mansueto, que ganhou o nome do ex-secretário Mansueto Almeida.

Foi quando sobreveio a pandemia do novo coronavírus. O governo federal demorou, mas implementou o plano de ajuda que transferiu de cerca de R\$ 60 bilhões para Estados (62%) e municípios, a suspensão do pagamento da dívida até o fim deste ano, e R\$ 16 bilhões para compensar perdas de arrecadação nas transferências da União. E os reajustes de servidores foram suspensos até o fim de 2021.

Mas o alívio é temporário e tem data para terminar. No início do próximo ano, as dívidas devem voltar a ser pagas e o Teto de Gastos precisa ser cumprido pelos que se comprometeram com o limite. Por isso, governadores se reuniram nos últimos dias com congressistas para pedir a votação de algumas medidas, em debate desde 2019.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prometeu aos governadores pautar para votação, após o primeiro turno da eleição municipal, um outro plano, o projeto de lei PLP 101/2020. O Senado promete agir em seguida. O projeto que, em verdade, ainda não está fechado e enfrenta resistência no governo, ambiciona contemplar os diferentes tipos de situação fiscal. Há o caso dos Estados mais endividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, que estarão sujeitos a contrapartidas mais duras, como privatizações. Estados que não cumpriram o Teto de Gastos como haviam prometido em renegociação com a União no fim do governo Temer - onze no total - poderão se livrar das multas se aceitarem o teto por mais três anos. Os gastos com Saúde e Educação ficarão fora do limite, quando houver aumento de receita além da inflação.

Também deverá ser votado após as eleições municipais o projeto que regulamenta o acordo entre os Estados exportadores e a União para compensação das desonerações da Lei Kandir. Isso garantirá repasse de mais de R\$ 60 bilhões em 15 anos para esses Estados. O primeiro pagamento da Lei Kandir pode sair ainda neste ano, se várias etapas legislativas forem vencidas. Até a aprovação final, esses projetos podem sofrer modificações, inclusive a pedido do governo.

Mas eles não livram os Estados de enfrentarem uma das principais causas de seus problemas, que é a elevada despesa com salários e aposentadoria dos funcionários. Segundo o Tesouro, os Estados gastam em média 58% das receitas correntes líquidas com pessoal, sendo que nove estão acima do limite de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que não se ajustam porque usam outra metodologia de apuração, respaldada pelos tribunais de contas locais. No Rio Grande do Sul, o índice chega a 81%.

A Previdência dos servidores é outra fonte de pressão. Estados e municípios ficaram fora da reforma da Previdência sancionada em âmbito federal no ano passado. Mas 15 Estados aprovaram mudanças nas regras locais, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Simulações feitas pelo instituto (**Valor** 3/11) mostram que, com as reformas aprovadas, os 15 Estados, que gastaram com inativos e pensionistas R\$ 109,2 bilhões em 2019, vão dispendir R\$ 114,7 bilhões em 2039, cerca de R\$ 50 bilhões a menos do que arcariam se as mudanças não tivessem sido implementadas.

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos

Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor Econômico

Mourão admite politização de vacinas contra covid-19: "Isso não é bom"

11/11/2020 10:36 — Em Política



Varejo tem setembro maior nível de vendas da série histórica, aponta IBGE

Setor recuperou-se da crise decorrente da pandemia com uma combinação de crédito e auxílio emergencial pago pelo governo, entre outros fatores

11/11/2020 10:31 — Em Brasil



Neoenergia antecipa em três meses início das obras de complexo eólico na Bahia

Mais de 95% da energia do empreendimento será direcionada à comercialização no mercado livre de energia

11/11/2020 10:26 — Em Empresas

Orçamento público deve diminuir desigualdades

É fundamental direcionar recursos para as regiões das cidades que mais precisam deles

Por Mariana Almeida

11/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Eleições municipais são sempre uma nova chance de melhoria da gestão pública. Os candidatos que assumirem as cadeiras de prefeito no Brasil em janeiro de 2021 precisarão tomar decisões que deem uma direção ao dinheiro disponível no orçamento, peça-chave na administração. O direcionamento dos recursos para os bairros que mais precisam de investimento é o caminho para a diminuição das desigualdades persistentes nas cidades, um problema multifatorial e de longo prazo.

O orçamento é algo essencial porque expressa as prioridades do gestor público, trabalhe ele com um orçamento bem reduzido ou mais robusto. A decisão sobre o uso de um recurso promove um resultado. Nesse sentido, ao planejar bem e colocar uma direção ou intencionalidade clara no uso do dinheiro, o gestor pode priorizar, estimular e induzir os avanços em determinadas regiões. São Paulo, o município mais rico do país, com mais de 12 milhões de habitantes, padece há décadas da má distribuição de recursos nas suas periferias, e todo morador sabe bem a diferença de estar no Grajaú ou no Jardim Europa. Mas esse cenário pode e deve mudar.

Orçamento pode ser o indutor de melhoria substancial na sinergia das políticas públicas, em benefício de milhões

Como fazer isso na prática? Uma alternativa concreta vem do Índice de (Re)distribuição Territorial do Orçamento Público Municipal. Ele propõe que subprefeituras com menos investimentos e déficit de infraestrutura urbana recebam a maior parte do orçamento municipal, em oposição a outras regiões mais desenvolvidas. Desse modo, foge-se de uma lógica exclusivamente setorial, de gasto público só por pasta ou só por secretaria, ao mesmo tempo em que se cria um caminho de compensação dos déficits de investimento de determinadas áreas da cidade.

A Fundação Tide Setubal e a Rede Nossa São Paulo (RNSP) demonstram, pelo Índice, que os recursos disponíveis para novos investimentos nos próximos quatro anos na capital paulista, estimados por essas instituições em R\$ 11,59 bilhões, podem ser direcionados para os territórios mais vulneráveis em saneamento, moradia mobilidade etc., assegurando a integração e a continuidade para que políticas públicas levem à melhoria da qualidade de vida nessas regiões.

Para se ter uma ideia, distribuindo-se esse recurso com base no índice proposto, a subprefeitura de Cidade Tiradentes, no extremo-leste, por exemplo, receberia três vezes o aporte aplicado na região da Vila Mariana, na Zona Sul, com destinação de mais de R\$ 290 milhões para a primeira e R\$ 96 milhões para a segunda. Já a subprefeitura do M'Boi Mirim, na Zona Sul, receberia quase 20 vezes o aporte realizado em Pinheiros, com mais de R\$ 1 bi para o primeiro e R\$ 55,6 mi para o bairro da Zona Oeste. Esses exemplos mostram claramente uma virada de chave possível no uso do dinheiro para diminuir desigualdades históricas entre Centro e periferias.

Para definir a indicação de valores apontada pelo Índice, foram levados em conta dados da metrópole de infraestrutura urbana (coleta de esgoto, quantidade de domicílios em favelas e tempo de deslocamento casa-trabalho), vulnerabilidade social (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, homicídios e acidentes), área e população de cada localidade. A proposta do Índice, que pode ser aplicada em outros municípios do país, é parte do projeto (Re)age SP - virando o jogo das desigualdades na cidade, que estabelece 50 metas objetivas para os prefeitos até 2030, e coloca o território - onde as desigualdades são sentidas todos os dias pelos moradores - como o grande integrador das ações de políticas públicas, articulando desse modo os sistemas de planejamento urbano, setorial e orçamentário.

Infelizmente, quando se avalia o planejamento de município, os territórios são praticamente invisíveis na peça orçamentária, o que significa que o gestor não organiza o seu investimento considerando os endereços e suas diferentes necessidades. Alterando essa lógica e olhando para os CEPs e suas especificidades, o orçamento pode ser o indutor de uma melhoria substancial na sinergia das políticas públicas, promovendo o direcionamento dos recursos para as áreas que mais precisam deles e impulsionando a integração positiva das políticas nesses locais, em benefício de milhões de habitantes.

Essa integração é a base do conceito de urbanismo social, uma prática que defende a reunião, num mesmo bairro ou distrito, de serviços públicos de diversas naturezas para a promoção de melhores resultados. Onde se tem educação, saúde, geração de emprego e renda, trabalho, participação ativa dos moradores etc., os indicadores sociais negativos começam a melhorar e inicia-se assim um ciclo positivo de desenvolvimento.

Inspirado nos bons exemplos de urbanismo social de Medellín, na Colômbia, e de Recife, em Pernambuco, o Pacto pelas Cidades Justas, proposto neste ano por diversas organizações da sociedade civil organizada, materializa essa intencionalidade em intervenções urbanísticas, com planejamento, recursos, gestão e governança, em três regiões periféricas de São Paulo, com a participação dos moradores e de várias secretarias.

Diversas cidades do mundo, como Cidade do México e Montreal, já planejam segundo o território e usam técnicas de gestão para aprimorar o efeito real do gasto do orçamento. Nesse momento em que o Brasil discute as próximas prefeituras, em seus 5.568 municípios, ainda mais num contexto difícil de pandemia, que diminuiu receitas, oportuno falar de orçamento, que normalmente é o tema que só chega depois da escolha do prefeito e dos vereadores. Ou seja, em geral, não se discute publicamente o orçamento, nem no começo, nem durante as eleições, ele só aparece bem depois, muitas vezes como justificativa para a não realização de propostas que levaram os candidatos à vitória ou para inviabilizar ações durante o processo de implementação das políticas.

Mas, sem dúvida, mais do que um instrumento de restrição, o orçamento pode ser um aliado para a prefeitura que está comprometida em enfrentar as desigualdades e criar novas soluções, articulações e alternativas para combater as múltiplas injustiças nos níveis sub municipais. Basta saber como colocá-lo de maneira clara e explícita a serviço desses objetivos.

Mariana Almeida é superintendente da Fundação Tide Setubal, professora do Programa Avançado em Gestão Pública do Insper e doutora em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP

Indústria de SP supera nível anterior à pandemia

Setor no Estado opera agora 4,4% acima de fevereiro, aponta IBGE

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

11/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Maior e mais diversificada do país, a indústria do Estado de São Paulo voltou a operar, em setembro, nos níveis anteriores à pandemia, mostram dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção da indústria de São Paulo cresceu 5% em setembro, em relação a agosto, com ajuste sazonal, de acordo com o levantamento. Com o bom desempenho, o setor opera agora 4,4% acima de fevereiro, mês que antecedeu as medidas de isolamento social contra a pandemia.

Segundo Bernardo Almeida, analista do IBGE, as montadoras foram as grandes responsáveis pela expansão do setor em setembro, seguidos pela produção de máquinas e equipamentos. O IBGE não detalha, porém, as variações dos setores, regionalmente, com ajuste sazonal.

“A alta de 5% foi a quinta taxa positiva consecutiva de São Paulo. Nesse período, o Estado de São Paulo já acumulou um ganho de 46,6% e está 4,4% acima do patamar de produção de fevereiro de 2020”, disse Almeida, durante entrevista coletiva on-line.

São Paulo foi o destaque positivo do mês, mas a alta da indústria foi disseminada entre os locais pesquisados. A produção avançou em 11 das 15 localidades analisadas em setembro, na comparação com agosto.

O mês de setembro marcou a recuperação da indústria aos níveis de produção da pré-pandemia, em fevereiro, desempenho classificado por analistas como uma recuperação em “V” - uma forte queda, seguida de uma rápida recuperação.

Também tiveram forte incremento Paraná (7,7%), Amazonas (5,8%), Espírito Santo (5%), Rio Grande do Sul (4,5%), Santa Catarina (4,5%) e Bahia (4%).

Já as indústrias do Rio produziram 3,1% a menos em setembro, frente a agosto, na contramão do desempenho nacional. Foi o pior desempenho entre os locais pesquisados no mês.

Segundo Almeida, a produção foi afetada, sobretudo, pelo setor de petróleo e gás. A extração de petróleo no Rio encolheu, assim como a atividade de refino.

“O Rio vinha de quatro altas consecutivas, período em que acumulou um ganho de 19,8%. Porém, com o recuo do mês de setembro, o Estado volta a ficar num patamar 2,6% abaixo do nível de fevereiro”, disse o gerente.

Além do Estado do Rio, ficaram no lado das quedas Mato Grosso (-3,7%), Pará (-2,8%) e Pernambuco (-1,3%).

Mais do Valor Econômico



Pátria sai à caça do investidor de varejo com fundos imobiliários

Gestora tradicionalmente focada em grandes investidores institucionais busca atrair pessoas físicas em ambiente de taxas de juros mais baixas

11/11/2020 10:41 — Em Finanças

Ouro opera em queda pressionado por dólar e expectativa com varina

Risco fiscal limita alívio externo e gera cautela

Preocupações devem voltar com força nos próximos dias, dizem analistas

Por **Lucas Hirata e Marcelo Osakabe** — De São Paulo

11/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Embora o exterior tenha sido favorável à tomada de risco nos últimos dias, o incômodo com a questão fiscal continua a fazer sombra e a limitar ganhos mais robustos no Brasil. De acordo com analistas e gestores, questões como o impasse sobre o teto de gastos ficaram apenas dormentes nas últimas semanas, à espera do fim das eleições municipais, mas devem voltar com força nos próximos dias.

“Tenho a impressão de que o mercado está dando o benefício da dúvida. Passadas as eleições, as reformas precisam voltar à pauta. Caso contrário, tende a ocorrer uma reação negativa”, diz o diretor de investimentos da TAG, Dan Kawa. Para ele, evidência de prêmio de risco, a curva de juros segue bem inclinada, apesar da melhora recente. “Sem reformas, há espaço para altas maiores de juros.”

De fato, o prêmio entre taxas de longo e de curto prazo continua próxima dos maiores patamares do ano. O spread entre a taxa do DI para janeiro de 2027 e a do DI para janeiro de 2022, por exemplo, ficou ontem em 4,04 pontos percentuais, perto do pico de 4,54 pontos de 2020. Da mesma forma, o dólar fechou a R\$ 5,3710, acumulando queda de 6,43% em novembro. Ainda assim, o real permanece como a segunda moeda de pior desempenho do ano (25,62%), atrás apenas da lira turca (27,07%).

O receio sobre os próximos meses é grande entre alguns participantes de mercado. De olho no bate-cabeça que se instaurou em Brasília em meio a questões como a eleição para a presidência do Legislativo, alguns temem que uma decisão sobre o teto e o Renda Cidadã se dará no “último minuto”, o que abre risco de forte piora dos preços dos ativos.

Para o executivo-chefe da Truxt Investimentos, José Tovar, o país vive um “cenário binário”, precisando escolher, nos próximos meses, entre manter o teto de gastos e evitar assim uma piora das condições econômicas, ou manter alguma forma de transferência de renda suplementar, como quer o presidente Jair Bolsonaro.

“A dúvida que tenho é se o presidente topa perder a popularidade da ajuda emergencial para garantir o teto. O mercado já precifica muito desse receio, é só ver o dólar perto de R\$ 6. Tivemos um alívio passageiro com a eleição de Joe Biden. Agora, será preciso tomar uma decisão”, diz o profissional.

Em outra linha, o economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, alerta para a necessidade de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até o fim do ano ou no começo de 2021. “Se isso não acontecer, você gera quase um ‘shutdown’ do governo”, afirma. “Mas o Orçamento é um debate mais longo. Eu acho que um Orçamento todo dentro do teto de gastos não está no preço”, alerta.

Para o profissional, inclusive, o valor justo do dólar no momento é de R\$ 4,80. “Dado que ainda estamos em R\$ 5,40, uma preocupação fiscal significativa está embutida no preço”, acrescenta.

O “copo meio cheio” nessa situação é que uma resposta positiva do governo carrega um potencial de melhora muito maior para os ativos que o seu contrário, diz Patrícia Pereira, estrategista da MAG Investimentos. Nesse sentido, seria importante focar no mais urgente: aprovar um orçamento dentro do teto e, possivelmente, deixar a discussão sobre o Renda para mais tarde. “Se conseguir o básico, está muito bom”, diz Patrícia, lembrando de sugestões como a de pautar a reforma tributária continuam a rondar o noticiário.

Mais do Valor Econômico



Governo libera R\$ 21,6 milhões para ações de defesa civil no Amapá

Estado enfrenta problemas no fornecimento de energia elétrica desde o dia 3 de novembro, quando um incêndio em uma subestação provocou um apagão em 13 dos 16 municípios, incluindo a capital

11/11/2020 10:45 — Em Brasil

4 estatais serão vendidas até o fim de 2021, promete Guedes

Lista do ministro é formada por Correios, Eletrobras, PPSA e Porto de Santos

Por Lu Aiko Otta, Estevão Taiar e Murillo Camarotto — De Brasília e de São Paulo

11/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Quatro empresas estatais (Correios, Eletrobras, porto de Santos e PPSA) deverão estar privatizadas até o fim do ano que vem, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele disse ontem estar frustrado pelo fato de estar no segundo ano de governo sem conseguir vender nenhuma empresa e reclamou da existência de um acordo contrário às privatizações no Congresso Nacional.

As falas de Guedes ocorreram em dois eventos. O primeiro foi promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU), que discutiu boas práticas em privatização. O segundo, realizado pela agência de informações Bloomberg. O governo precisa, segundo ele, recompor seu eixo político para vender empresas estatais como vem prometendo desde a campanha eleitoral. No entanto, há uma “guerra política” em torno do processo, disse. Sem dar detalhes, ele lamentou ter sido “ingênuo” a ponto de anunciar que privatizaria as quatro empresas neste ano, após chegar a um entendimento sobre essa agenda com deputados e senadores.

Ele disse ainda que o movimento óbvio a ser feito pelo governo era acelerar as privatizações, os desinvestimentos de imóveis e derrubar a dívida. “É o Brasil gastando US\$ 100 bilhões todo ano só para manter o financiador da dívida sossegado. Se não, há o perigo de uma combustão instantânea. O Brasil pode ir pra uma hiperinflação muito rápido, se não rolar a dívida satisfatoriamente.”

A dificuldade em avançar com a agenda levou o ex-secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, a sair do governo. Seu sucessor, Diogo Mac Cord, tem um desafio grande de acelerar o processo, ao lado do presidente do (BNDES, Gustavo Montezano, comentou Guedes. A venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), do Rio, seria o primeiro movimento, acrescentou o ministro da Economia.

Apesar das dificuldades, o processo de venda de empresas estatais é “irreversível”, afirmou.

Guedes avaliou que a privatização dos Correios será bem-sucedida, dado o crescimento do comércio eletrônico, impulsionado pela pandemia. A operação depende de uma legislação que definirá o que é o serviço postal universal previsto na Constituição. A partir dessa lei, será possível modelar a venda da empresa.

Já no caso da PPSA, o que está em discussão é a venda do óleo recebido pela União na exploração do pré-sal, em regime de partilha.

A venda da Eletrobras depende de decisão do Congresso. A desestatização do porto de Santos está em fase de estudos, segundo informa o site do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Essas quatro operações podem render cerca de US\$ 100 bilhões, nos cálculos do ministro.

A quantidade de ativos da União e de governos estaduais passíveis de serem colocados à venda é muito maior do que se pensava, disse Montezano. “Erramos o tamanho do business.” Ele destacou que a agenda de privatizações está andando. Citou como exemplos a companhia de saneamento de Alagoas e a Companhia Energética de Brasília (CEB), a ser leiloada neste mês.

Mais do Valor Econômico

Neoenergia antecipa em três meses início das obras de complexo eólico na Bahia

Mais de 95% da energia do empreendimento será direcionada à comercialização no mercado livre de energia

11/11/2020 10:26 — Em Empresas